

# Urbanismo em revista

*Do urbanismo em fim  
de linha ao planejamento  
estratégico*

**Otília Arantes**



# **Urbanismo em revista**

*Do urbanismo em fim  
de linha ao planejamento  
estratégico*

**1993-2012**

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

**Categorias:** Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

**Subcoleções:**

**E-books:** livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

**Documentos:** matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

**Mídia:** vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

**Coordenação editorial:** Pedro Fiori Arantes

**Projeto Gráfico:** Paula Astiz

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Arantes, Otília Beatriz Fiori, 1940--

Urbanismo em revista: Do urbanismo em fim de linha ao planejamento estratégico [livro eletrônico] / Otília Beatriz Fiori Arantes. -- São Paulo : [s.n], 2023.

ePUB. – (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-00-60801-4

1. Planejamento urbano. 2. Renovação urbana. 3. Cidades e vilas.  
4. Exclusão social. 5. Periferias. I. Arantes, Pedro Fiori, 1974-. II.  
Título. III. Série.

CDD 307.76

---

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

DOI: <https://doi.org/10.34024/9786500608014>



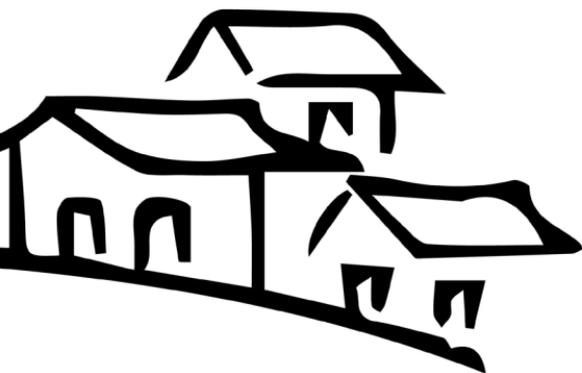
Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**Publicado originalmente em:**

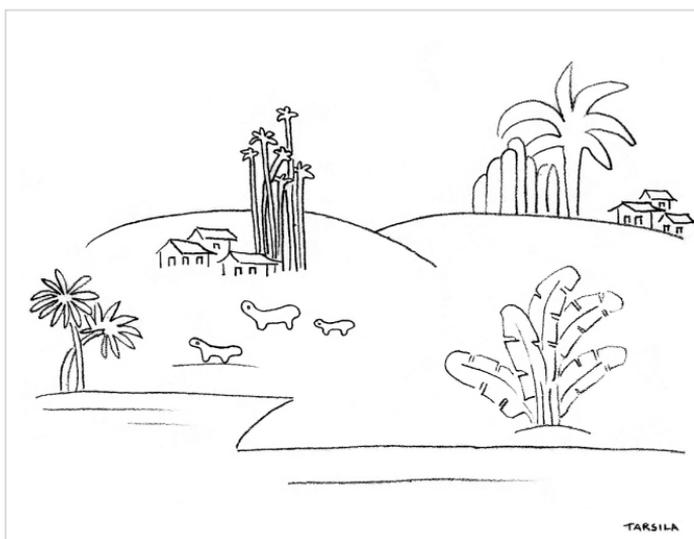
Indicações completas no início de cada texto.

# Sentimento da Dialética

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES







Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Mário de Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família e IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otília Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otília e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.



## I

- 13 **Urbanismo em fim de linha**
- 29 **Da Cidade como Lugar à cidade  
como Não-Lugar**
- 41 **A cultura nas novas “estratégias” urbanas**
- 63 **Vendo cidades**
- 73 **Cultura e transformação urbana**

## II

- 93 **Berlim, Barcelona, duas imagens  
estratégicas**

## III

- 129 **Camillo Sitte – um esteta contra a  
agorafobia**
- 139 **Pobre Cidade Grande**



# I

**URBANISMO EM FIM DE LINHA**

**DA CIDADE COMO LUGAR À CIDADE COMO  
NÃO-LUGAR**

**A CULTURA NAS NOVAS “ESTRATÉGIAS”  
URBANAS**

**VENDO CIDADES**

**CULTURA E TRANSFORMAÇÃO URBANA**



## Urbanismo em fim de linha\*

Desde o colapso da ideia de planificação global da cidade, como se sabe considerada pelos modernos a mais acabada expressão da organização racional do espaço habitado coletivo – a um só tempo trunfo da modernização capitalista e prefiguração da socialização que ela parecia antecipar –, as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente *modesta*, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais. Este ao menos o discurso que acompanha tais iniciativas. Em nome dessa fraseologia da modéstia a todo custo, chega-se até mesmo a advogar a causa surpreendente de um urbanismo anárquico ou a fazer a apologia da cidade caótica, plural como uma colagem, fragmentária, *soft* etc. Cabe perguntar se não se está substituindo a ideologia

\* Comunicação apresentada na IIª Bienal Internacional de Arquitetura, em mesa redonda sob o título de “Os limites do desenho urbano” (em 12.08.93), reproduzida parcialmente na Folha de São Paulo, caderno “Mais”, de 05.09.93 e, integralmente, na revista *Ciência e Ambiente* nº7, Universidade Federal de Sta. Maria, RS, 1993 (pp.13-22). Mantenho a forma original, na versão também de *Urbanismo em fim de Linha* (EDUSP, 1998) – apesar de ter avançado na discussão e avaliação dos referidos “limites” –, devido ao caráter polêmico que teve esta intervenção na Bienal, gerando uma série de discussões, por escrito e em debates públicos, dos quais, num certo sentido, os capítulos que se seguem são alguns dos desdobramentos (além dos inúmeros textos sobre “planejamento estratégico”, a começar pela conferência “A cultura nas novas ‘estratégias’ urbanas”, de 1998, inédita e reproduzida aqui, seguida de uma versão mais completa “Cultura e transformação urbana”, apresentada em seminário no Goethe Institut em início de 2000 e que é uma versão preliminar de “uma estratégia fatal”, publicada em Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, *Cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*, RJ, Ed. Vozes, 2000, reproduzido neste site em *Cultura, Poder e Dinheiro na gestão das cidades*.)

do plano por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada (na acepção que Max Weber dava a esta dimensão chave do mundo moderno) das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização.



Le Corbusier, Plan Voisin para Paris, 1924.

Em resumo, esse o impasse em que nos debatemos quando se propõe a questão do desenho urbano. Em sã consciência ninguém se furtaria ao dever de tornar as nossas cidades mais convidativas no que diz respeito não só ao prazer estético do viver bem (como diriam os Antigos), mas sobretudo ao imperativo social de utilizar os meios técnicos ao nosso alcance em vista da melhoria material

das condições de vida dos habitantes dos grandes centros metropolitanos (aliás não tem mais cabimento falar em centros pois o que existe, na verdade, é uma grande rede urbana interligada).



Demolição do conjunto de Pruitt-Igoe, 1972.  
Marco do fim de uma era?

Mesmo assim, tenho minhas dúvidas quanto às chances do desenho urbano se converter num instrumento eficiente de desenvolvimento da vida na cidade. A própria expressão “desenho urbano” (ao invés de planejamento), pelo que encerra de restrição, parece anunciar esse estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico, como lembrei há pouco, reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *débâcle* irreversível do Movimento Moderno. Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: go-

vernos – no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária – ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.); à qual se somam os limites naturais da profissão, obrigando a dividir a responsabilidade de qualquer intervenção com outros profissionais; mas, basicamente, imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja globalização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa, quanto maior o contingente dos “náufragos da competitividade” mundial (só no Brasil, mais de 70% da população pobre reside nas cidades).

Como sabemos, modernização e urbanização são a bem dizer intercambiáveis, uma anuncia e sustenta a outra. Ora, creio que já não dá mais para continuar desconversando e deixar de reconhecer, nessa irreversível proliferação urbano-caótica (por volta do ano 2.000 mais da metade do planeta estará empilhada em megalópoles), a contraprova da falência do processo global de modernização (e não só no Terceiro Mundo; pensemos, por exemplo, nas grandes cidades americanas: a desintegração urbana vai mesmo caminhando da periferia para o centro). Não é à toa que ninguém mais se ilude quanto às possibilidades de transformações drásticas – o urbanista demiurgo foi se transformando num decorador, o planejamento cedeu ao que Alain Ghieux chama de “urbanisme d’entretien”<sup>1</sup> (talvez nas duas acepções do termo).

1. Cf. “Entrées sur la scène urbaine”, in *Urbanisme, la ville entre image e projet*, Paris: Cahiers du CCI (Beaubourg) nº5, 1988 (pp. 19-27).



Centro antigo de Bolonha, restaurado nos anos 1960,  
Modelo do urbanismo “modesto”.

Mas houve época em que para resistir à urbanização demolidora praticada pelos modernos, à pretensa “racionalidade” da cidade planificada, tanto quanto ao seu crescimento desordenado, pensou-se que a alternativa consistiria em intervenções orientadas por princípios como os seguintes: consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição, enfim, construir um “lugar” – na acepção forte do termo –, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante. Tudo isso era fruto de um esforço de salvação da cidade, e, com ela, da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, conduzido discretamente, passo a passo, por assim dizer em *migalhas*, a partir de pontos nevrálgicos, escolhidos a dedo, seja por sua deterioração, seja, ao contrário, pelo

significado de que poderia se revestir para a população local, servindo de ponto de irradiação (dando origem a uma metástase benigna, na expressão de Bohigas) que viesse a requalificar o entorno – *ipso facto* a relação das pessoas com o seu espaço e entre elas.

Ora, este programa de resistência, adotado por alguns dos melhores e mais empenhados arquitetos do pós-guerra (especialmente na Europa), aliando, não sem paradoxo, ao novo ideário da modéstia antiglobalizante um ponto de vista oposicionista altamente politizado, à medida mesma que ia ganhando adeptos, cada vez mais numerosos e inventivos, arregimentando inclusive no *establishment* (veja-se o P.O.S. de 77, em Paris, na era Giscard), foi se transformando no seu contrário, ou melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do *status quo* (o tal *entretien* identificado por Alain Ghieux), a rigor uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria. Pior ainda, contrariando frontalmente o espírito mesmo da alternativa, o novo estilo “modesto” de intervenção implicava uma realocação forçada da população: o acesso aos “lugares” requalificados tornava-se uma impossibilidade de fato para os habitantes expulsos das regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos das cidades e cuja deterioração subsequente transformara em cortiço e refúgio dos *homeless*; com algum humor negro, seria o caso de dizer que os usuários tradicionais daqueles espaços degradados só poderiam visitá-los agora na qualidade de turistas ocasionais. Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer, em geral muito pouco e de natureza duvidosa; como disse, pura encena-

ção. Imagens de uma cidade dita “comunicante” (afinal é um novo “paradigma”), onde a pluralidade não passa de *décor* cultural.

Como lembra Jean Pierre Jeudy<sup>2</sup>, aliás, como é sabido, um especialista em patrimônio, trata-se de uma cenografia gestonária da cidade, algo como uma teatralização da vida quotidiana, em que a história da cidade não é mais do que estética da memória, uma sucessão de quadros “representativos” da vida quotidiana. Esse mesmo especialista, que ainda acredita que se possa – como diz – recolocar em cena símbolos de uma verdadeira heterologia cultural, isto é, diferenças ativas, nutre, no entanto, poucas ilusões quanto à possibilidade de abalar essa nova ordem: sua capacidade de autorreprodução é tão grande, diz ele, que “ela pode criar a cena social sem ser ameaçada em seus próprios fundamentos”. Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu. Temos exemplos de sobra disso. E quando a discrepância entre o que se pretende encenar e o que de fato ocorre começa a dar demais na vista (estou pensando, por exemplo, no centro histórico de Salvador), a fraseologia alternativa vira pura e simples desfaçatez demagógica. Resta saber o que seria uma teatralização neossimbólica (a expressão é de Jeudy) que não estivesse necessariamente em sintonia com a apologia moderna da comunicação, que não se restringisse a uma midiaticização urbana. Não ignoro que por toda parte – e até mesmo no Brasil – ainda há exemplos isolados de boa vontade progressista de alinhar essas intervenções no desenho urbano com uma pos-

2. Cf. *Memórias do social*, Rio de Janeiro: ed. Forense, 1990.

sível instauração da cidadania (recomposição *in extremis* de um tecido social coerente); mas é tal a força de contaminação inerente a essas iniciativas “cenográficas”, que ficamos pensando se não se trata na verdade de um ensaio a mais... de uma representação futura.



Ricardo Bofill, Le Château, Paris 14<sup>ème</sup> (Zac Vercingetorix), 1980-1985.

Paris, nestes últimos anos, foi um exemplo gritante desta dupla estratégia<sup>3</sup>: criar, por um lado, espaços prestigiosos, lugares de vida pública, como diziam seus promotores, no mais das vezes espaços culturais, e, de outro lado, evitar a modernização predatória, respeitando a tipologia básica parisiense e com ela (alegava-se...) a própria população. Conhecemos o desfecho: além de congelar Paris, não

3. Seguem-se, para exemplificar o que venho dizendo, referências feitas à arquitetura parisiense em *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos*, EDUSP, 1993.: “Paris pós P.O.S. 89” (pp. 217-230).

por acaso tal programa revelou-se uma forma eficiente de evitar a invasão dos imigrantes e da população de baixa renda que as torres estavam de certo modo estimulando, sem falar na expulsão que a própria restauração obrigatória causou, juntamente com a valorização dos imóveis que esta voga preservacionista desencadeou, voga cujo complemento se manifestou igualmente nos grandes projetos espalhados por Paris, requalificando (em vários sentidos) bairros inteiros, como ocorreu com a Rotonde, a Ópera da Bastille, antes, o Beaubourg, e assim por diante; e agora a Biblioteca Nacional, no novo grande centro empresarial em que deve se transformar a região leste, sobre os antigos leitos ferroviários da Gare d'Austerlitz.

Aliás, esta última urbanização parisiense já se beneficia da mudança do P.O.S., em 89, que autoriza e incentiva uma ocupação diferenciada, reproduzindo com certeza, no Leste, o que ocorreu no Front de Seine a oeste: grandes prédios de escritórios, seguramente das indústrias de ponta, muita sofisticação técnica, numa arquitetura perdulária e aparatosa – muitos vidros espelhados, muitas formas irregulares, o ideal da tecnopolis em plena Paris. Não é difícil reconhecer nisso tudo um outro sintoma das novas relações do Estado com a economia em mutação, que aos poucos se retira de cena, deixando de ser o principal gestor do espaço público.

Está claro que o comando continua político (no pior sentido da palavra), ninguém se ilude quanto à ficção do Estado Mínimo, nem mesmo os neoliberais, que dela se valem para fins meramente apologéticos – e por isso mesmo a iniciativa passou às grandes corporações, na maioria multinacionais, são elas os maiores clientes. Neste rumo, vai se confirmando uma tendência que não é de hoje e que se exprime na regulação do projeto arquitetônico pela for-

mapublicidade da mercadoria, aliás destino inevitável de uma arte de massa como a Arquitetura. Compreendese que no repertório mais eloquente desta última, a nova supremacia econômica procure e patrocine os símbolos bem desenhados que lhe celebrem o triunfo.



François Perrault, Biblioteca de França François Mitterrand (1989-95)  
Construído após a alteração do POS, em 1989.

Mas é noutra direção que se manifesta a novidade do momento presente. A ideologia do lugar público já não é mais uma exclusividade do discurso oficial, que há mais de uma década parece ter delegado à arquitetura a tarefa monumental de reanimar pelo menos a imagem da Nação, nem distingue, com a ênfase ambivalente que também procurei salientar noutra ocasião<sup>4</sup> espécie de apanágio de resistência – a intervenção urbana dos contextualistas mais intransigentes. Esclarecendo melhor a natureza do processo, digamos que a nova teoria do lugar público se

4. In *Ibid.*

abastardou um pouco mais. Ao que parece, na seguinte direção: dispensando a intervenção do Estado (um sistema incômodo de contrapesos), o Capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente “requalificados”. Tudo se passa como se a ideologia do espaço público, economizando o momento retórico da frase (oficial ou difusamente oposicionista), fosse enunciada diretamente pela fisionomia das cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado. No entanto, como adverte um outro autor francês, Claude Jacquier, “enquanto os prefeitos se ocupam de suas tecno-polis, o terceiro mundo se instalará nas portas das nossas cidades...”.<sup>5</sup>

Volto ao que dizia no início. Estamos decerto diante de um grande desafio não só para os desenhistas urbanos, mas para qualquer cidadão – as nossas cidades são apenas a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo. Explicando melhor: a subproletarização é um fenômeno mundial, o desemprego, e sobretudo a legião crescente dos que nunca entrarão no mercado de trabalho, e a conseqüente squaterização ou até mesmo a ausência total de moradia cria subcidades. A assim chamada, e estetizada, cidade fragmentária, em grande parte é isto, é o resultado de uma nova “ordem” mundial, onde a grande maioria das pessoas não tem mais nem mesmo a

5. Cit. por Paulo Moreira, in “Le cri des cités-banlieu”, *La ville partout et partout en crise*, Paris: Le Monde Diplomatique – coll. Manière de voir 13, 1991 (pp.25-27).

infelicidade de serem exploradas, o universo da economia tecnológica de ponta está fora do alcance de porções cada vez maiores dos países e não apenas na periferia. Aliás já não é mais possível falar estritamente em Terceiro Mundo. Estamos diante de uma rede transnacional que interliga alguns nichos de desenvolvimento espalhados pelo mundo, que por sua vez vão escasseando em virtude do ímpeto destrutivo da competição capitalista atual: essa a fonte da nova marginalidade urbana, muito diversa da que conhecemos no auge do antigo processo de modernização. Nestas condições, como observou muito bem Claude Liauzu, a peça mestra do sistema dominante, o *modelo urbano mundial se desfaz*: um modelo que prometia desenvolvimento produz a mais implacável exclusão. É, portanto, dentro de uma armadura mundial que é preciso pensar nossas cidades, o que nos obriga a reformular o seu velho papel no pensamento progressista enquanto polo de crescimento e integração nacional.<sup>6</sup>

Vivemos uma situação de transição para o moderno abortada, de instabilidade sem horizonte, nem recuo possível. Nova dualidade também, as sociedades funcionam atualmente com duas velocidades, a dos integrados no circuito internacional e a da grande massa dos perdedores na corrida da competitividade, e que já não ameaçam mais segundo a divisão tradicional das classes antagônicas, inviabilizando assim o compromisso social-democrata do planejamento urbano conforme os modernos. Portanto, precarização do mundo do trabalho, conjugação de reivindicações econômicas e urbanas (alojamento, serviços etc.), enfim, apartação social de que as nossas cidades são uma tradução imediata. O problema hoje não é mais o da

6. Cf. "L'impossible modèle urbain", in *La ville partout...* cit. (pp. 40-43).

explosão urbana, mas, como diz Liauzu (a quem estou resumindo muito por alto), de implosão.



Contraste urbanos, Cidade Ho Chi Minh, Vietnã.

Num contexto calamitoso dessas proporções, talvez nada mais seja possível (e isso já é muito) do que multiplicar medidas para a melhoria relativa de higiene, habitação, alimentação, saúde – requalificação de vida contrária a qualquer expectativa de mercado, pois concerne diretamente aos que foram expulsos dele. Medidas compensatórias de assistencialismo? Talvez, e por certo a cargo do Estado, ao menos até que o capitalismo tome novos rumos, ou o mundo saia de vez do capitalismo... Enquanto isso, o que se tem de fato é a praga do empobrecimento, do não-emprego absoluto, da falta de moradia como a contra-

partida da afluência dos negócios, dos serviços financeiros, da comunicação eletrônica etc.

Dito isto, a heterogeneidade, a pluralidade da cidade caótica, deixa de ser tão *soft*, como pretendem alguns deslumbrados com a nova “normalidade” capitalista – variedade e mobilidade vão varrendo de forma *hard* um número cada vez maior de pessoas das regiões urbanas privilegiadas, dos redutos *yuppies*. De fato, assiste-se a uma estetização da pobreza urbana. Na *Condição pós-moderna*, depois de analisar a cidade contemporânea, David Harvey chama a atenção para: “as cenas de rua, de empobrecimento, perda de poder, grafitagem e decadência (que) se tornaram trigo para o moinho dos produtores culturais” – “quando a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, à amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico”.<sup>7</sup>

Em suma, nem cidade inteiramente planejada, nem espontânea. Por exemplo, as interações sociais em que ainda apostava Jane Jacobs nos anos 1950 são cada vez mais irreais, o urbanismo anárquico de um Sennet também – ele parece esquecer que é justamente nessa cidade que se dá a morte do homem público por cujo renascimento aspira. A desordem saudável é também uma miragem estetizante. Não estou advogando o “nada a fazer”, simplesmente observando que reinventar as cidades hoje implica em revisar por completo o modelo urbano que nos foi legado pela modernização capitalista, o que não há de ser pelo elogio a torto e a direito da diversidade, muito menos tentando ressuscitar a visibilidade democrática

7. São Paulo: ed. Loyola, 1992; p.301.

através da disseminação de lugares de referência de fácil identificação. – Mas afinal lugar de referência para quem? Para populações que a urbanização deslocou a troco da liberdade negativa do não-emprego e que não podem mais retroceder ao espaço pré-urbano que esta mesma modernização sem futuro destruiu.



Contrastes urbanos (Paraisópolis) São Paulo.

Se as intervenções não comportam mais a escala abrangente e radical como os modernos queriam, também não se pode renunciar (em nome da modéstia, do encarecimento das diferenças etc.) ao ponto de vista da totalidade (se me perdoam o saudosismo) acerca da natureza do processo que nos atropelou em plena reposição contextualista de perdas e danos (ou que nome se dê ao pensamento projetual, marcadamente defensivo, que prosperou durante o interregno a que se resumiram as duas últimas décadas de ajuste do capitalismo central). Ocorre que este último se recompôs inviabilizando de vez a ideia mesma

de urbanização, tornando o conceito de cidade uma coisa do passado, como atestam os monstros urbanos em que vivemos, e dentro deles as zonas extraterritorialidades que sem dúvida um bom desenho até pode tornar agradável de ver – em maquete, de preferência.

## Da Cidade como Lugar à cidade como Não-Lugar\*

Assistimos hoje em dia a uma volta à cidade de um tipo muito especial. É certo que uma nova fatalidade nos empurra para o centro explosivo da cena urbana, mas não é tão certo assim, como se pretende, que repetimos, ainda com maior intensidade, a experiência do “homem das multidões”, descrita por Allan Poe e elevada por Baudelaire à condição de alegoria. Foram-se os tempos de espíritos fortes em esgrima heroica com as primeiras manifestações da fantasmagoria que começava a assombrar as metrópoles do capital. Em nosso fim de século lidamos com um outro personagem, desgovernado por um Eu cuja falta de substância se espelha na presteza com que se deixa fascinar pelo espetáculo do caos urbano – no mundo da “frivolidade” o “heroísmo da vida moderna” só poderia retornar como um blefe. Compassada com este estado de coisas, a nova ensaística da cidade redescoberta vem mobilizando um aparato conceitual muito *up to date*, mal escondendo em sua alegada subversão discursiva um convívio estetizante com as formas mais extremadas da alienação contemporânea. Por isso vou me esforçar por levantar um pouco o véu que encobre esta situação – tarefa

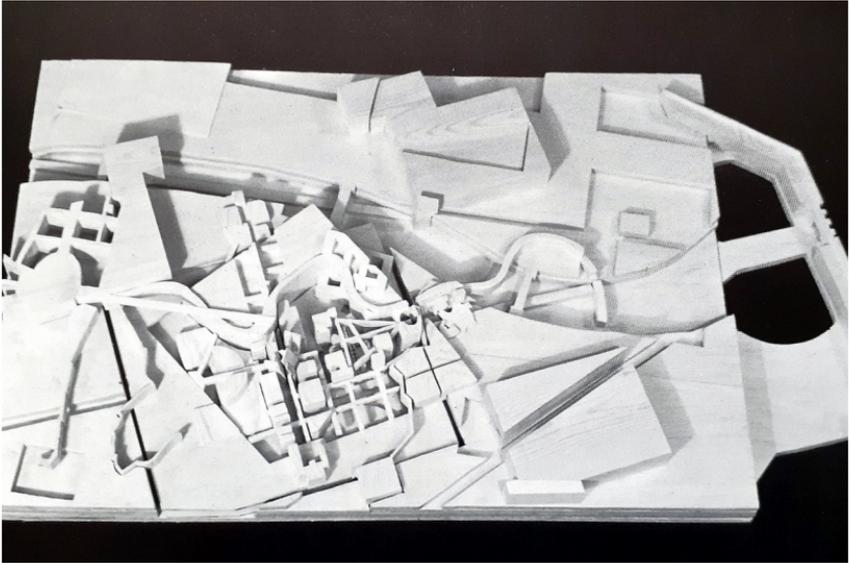
\* Comunicação apresentada no Seminário “Cidade e Imaginação”, patrocinado pelo PROURB, UFRJ, nov. de 1994, publicado na revista AU nº58, fev./mar 1995, pp 83-85. O tema é retomado em “Cultura da Cidade animação sem frase”, *Urbanismo em fim de linha*, EDUSP, 1997. No site Sentimento da Dialética, no livro *Cultura, poder e dinheiro na gestão das cidades*.

tão mais difícil quanto, como sabemos, a realidade hoje é sua própria ideologia.

Começemos tentando entender um pouco o que seja esse novo *sentimento urbano* de que estaríamos em princípio investidos, principiando pela interversão ocorrida com a tentativa de reposição contextualista das perdas e danos causados pelo MM, ou que nome se dê ao pensamento projetual marcadamente defensivo a que se resumiram as duas últimas décadas (até meados dos anos 1980) ao longo das quais assistimos (e sofremos na periferia) um gigantesco ajuste modernizante e conservador do capitalismo central.

A questão que se colocam hoje, com pertinência aliás, arquitetos e urbanistas, desconfiados quanto aos rumos de uma política urbana que perseguia a restauração de uma *Gemeinschaft*, é se, ao se pretender expurgar a cidade moderna, eliminando tudo o que ela encerra de impessoal, de insignificante, cancelando os interesses materiais de toda ordem e os conflitos que a atravessam, não se estariam forjando identidades obviamente posições. Essa, por exemplo, a opinião radical de Peter Eisenman, que, convidado pela Trienal de Milão, em 1987, para projetar uma reurbanização no centro de Roma, propôs – contrariando frontalmente o programa, formulado por um dos organizadores da mostra, Purini, de um projeto *unitário* que retornasse à origem da cidade e de algum modo reproduzisse o evento mítico do seu nascimento – a superposição, em escalas diferentes, do plano daquela região, de modo a justamente baralhar todas as referências fixas, libertando os romanos (ao menos assim acreditava) dos valores que, embora sem vigência, ainda lhes são impostos. Transpondo para as aglomerações urbanas o que antes imaginara para a arquitetura enquanto

tal, Eisenman forjou uma “desconstrução” de um espaço tradicional.<sup>1</sup>



Peter Eisenman, Projeto de intervenção no centro de Roma.  
XVII Trienal de Milão.

Enquanto Purini parecia ainda apostar num modelo exaurido (afinal a Trienal daquele ano ainda se dava sob o signo da preservação e do contextualismo), a proposta extremada do arquiteto novaiorquino – na radicalidade que a reduzia a um mero gesto sem consequências práticas – já anunciava uma outra visão da cidade, para além da noção clássica de topos, a driblar as “artimanhas da razão totalizadora” (cf. Derrida sobre *Choral work*, projetado para o Parque de La Villete em parceria com Eisenman).

Na exposição de 1988 – *A Imagem da Cidade* –, no mesmo prédio da Trienal de Milão, o tom já será bastan-

1. Cf. Catálogo da XVII Trienal: *La città immaginate*, Milão: 1987, especialmente vol.2; pp.18-26 e 40-41.

te diverso daquele adotado no ano anterior. Um de seus apresentadores, Georges Teyssot, lançará mão de toda a fraseologia pós-estruturalista para explicá-la: “A Metrópole posta em representação” é uma “*mise en scène* de irracionalidades proliferantes” – não mais mapas, gráficos, eixos, hierarquias, mas desterritorialização, des-simbolização, errância, delírio esquizoide (citando Ballard, mas seguramente também tendo em mente Lacan, Deleuze, Guattari etc.).<sup>2</sup> Clara demonstração da abrangente hegemonia da Ideologia Francesa, presente também no raciocínio urbano e no debate arquitetônico atual. Tudo se transforma em qualidades movediças ou atributos flutuantes, derrogações, desconstruções, derivas. Shinohara dirá: o CAOS virou um conceito chave, os objetos aleatórios da paisagem de Tóquio prenunciavam a cidade eletrônica em que ela vai se transformando. O mesmo modelo ou antimodelo se reproduz em escala internacional.<sup>3</sup>

Assim, cada vez mais teóricos, arquitetos ou gestores urbanos abrem mão, não só de qualquer planificação global da cidade, mas de todo tipo de organização, mesmo parcial, que a torne um conjunto de espaços minimamente ordenados, que possam ter alguma pregnância visual ou semântica, configurando para os seus habitantes (na terminologia que dominou o pensamento urbano até recentemente) um *lugar*. O novo jargão se compõe de termos que, ao contrário, procuram designar a não urbanidade da cidade, sua atopia – a cidade como não-território, lugar virtual, *não-lugar* etc. As cidades extravasam os seus limites, transformando-se numa grande rede inter-

2. “La métropole mise en représentation”, in *Urbanisme: la ville entre image et projet*, Paris: Cahiers du CCI n.5, 1988 (pp. 10-18).

3. “Villes, Chaos, Activités”, in *ibid.* (pp. 43-51).

comunicável e, aparentemente, intercambiável. Virilio chega a falar numa desurbanização pós-industrial, ou em concentrações pós-urbanas, onde a cidade desapareceria na “heterogeneidade do regime de temporalidade das tecnologias avançadas”. A topologia eletrônica daria origem à instantaneidade de um presente em permanência. Não seria apenas o espaço/lugar a desaparecer, mas também o calendário de uma memória coletiva. Os muros da cidade teriam sido derrubados ao som da mídia.

Esta nova retórica não deixa de ter um fundo de verdade, algo mudou nessa nova fase de uma sociedade de massa: a apoteose publicitária da forma mercadoria enfim universalizada redundou na redução da arquitetura da cidade a uma simulação imagética, composta de signos polivalentes que contêm em si mesmos informações contraditórias, superposições, contaminações etc., destinadas a um mercado que se alimenta cada vez mais da diferença e da obsolescência – mais precisamente, que resultam de uma administração soft da cultura que não visa mais domesticar as diferenças, mas *reproduzir a sua inconciliabilidade*. Eis talvez a questão central a decifrar no novo discurso sobre a cidade e a enfrentar nas novas estratégias urbanas.

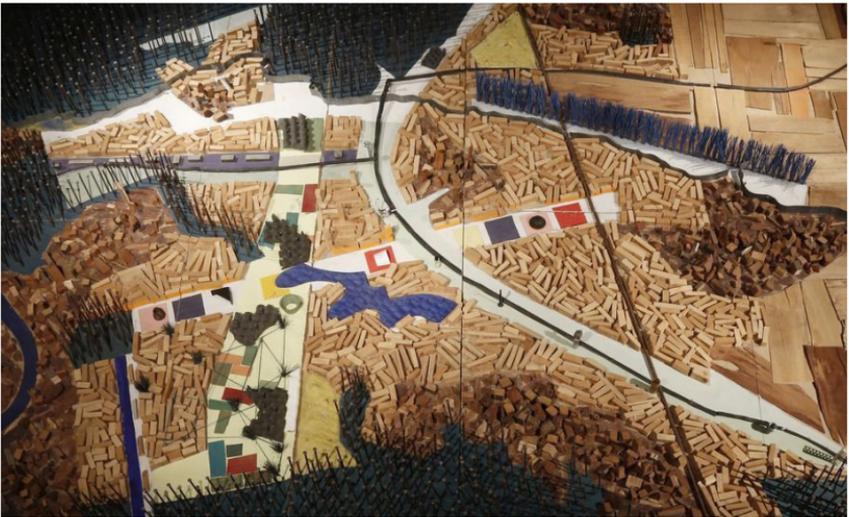
Recapitulemos rapidamente o processo que levou arquitetos e urbanistas, após o colapso da ideia de planificação global da cidade, da busca quase obsessiva pela restauração de uma urbanidade perdida – a cidade como lugar público – à apologia do caos, da cidade labiríntica, da errância, da (des)ordem etc. A verdade é que as ações pontuais dessa *arquitetura de resistência* que, desde as primeiras secessões do Movimento Moderno, pretendiam regenerar o tecido urbano, numa verdadeira empreitada de reconquista de uma identidade local, discretamente, passo a passo, respeitando

o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, preservando os valores locais (este ao menos o discurso que acompanhava tais iniciativas, o paradigma sendo Bolonha), num esforço de salvação da cidade e, com ela, da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida, foram aos poucos se transformando no seu contrário. O ideário da modéstia antiglobalizante quanto mais cumpria o prometido, menos dores de cabeça dava ao *establishment* – a rigor, tornava-se uma forma de administrar contradições, escamotear conflitos e esconder a miséria. No mais das vezes tais iniciativas se resumiam a cenários destinados literalmente a fascinar, verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que lhes dessem conteúdo. Passo seguinte: recorrendo às mais avançadas técnicas de comunicação de massa forjaram-se identidades para todos os gostos – proliferação de imagens que por isso mesmo não informavam mais nada. A ideologia passava dos discursos às próprias coisas, bastava aceitá-las tais quais.

Volto aos exemplos. No final da década passada, duas experiências francesas: Hérouville-Saint-Clair, uma ZUP com tudo que faz dela uma excrescência, fruto de imposições do Estado – autoestradas, zoneamentos, HLMs, nos moldes do urbanismo moderno anos 1960 –, desejando se transformar numa verdadeira cidade e deixar de ser um mero aglomerado; e Mellun-Sénart, uma cidade esparramada, uma das “cidades-novas” que se criaram à volta de Paris resultantes da junção de pequenos vilarejos com morfologias, composição social e tradições díspares, necessitando portanto de um acontecimento arquitetônico que os unificasse.<sup>4</sup>

4. A respeito dos exemplos citados mais os comentários de Patrice Goulet e Arnaud Sompeirac, cf. *Urbanisme, la ville entre image et projet* cit.; pp.60-72.

No primeiro caso, o prefeito recorreu a Fuksas que, ao invés de propor um monumento, uma forma unívoca, homogênea, ou um cenário que lembrasse os centros tradicionais das pequenas cidades (foi o que ocorreu com muitas destas “cidades novas”), teve a ideia de uma torre multifuncional e multiformal, convidando para tanto quatro arquitetos a projetarem algo como um “cadavre exquis”. Ainda uma referência visual forte, mas que mimetizasse a desordem urbana à volta – tematização ou consagração da desordem? Pierre Goulet a chama de “Torre catastrófica” e lança um desafio: “e o que melhor do que condensar, do que monumentalizar a anarquia à volta?” Trata-se sem dúvida de uma estratégia e não apenas de uma estética – é ele quem o diz e não por acaso compara à cadeia BEST do grupo SITE.



OMA-Koolhaas, projeto para Melun Sénart, 1987.

No caso de Melun-Sénart, o projeto apresentado em concurso por OMA-Koolhaas – ao contrário por exemplo

de Sarfati que tomou a centralidade a sério – trabalhava com a desordem no plano do desenho, portanto de forma menos alegórica e mais efetiva do que Fuksas: um conjunto de faixas cruzadas que se inscrevem sobre o terreno como um ideograma chinês, delimitando ora vazios, ora áreas com funções e arquiteturas diversas, mas com pontos de contato que funcionariam como campos magnéticos. Já Himmelblau propôs algo como linhas de força também, mas em conflito, obedecendo a lógicas diferentes que viriam a animar o futuro desenvolvimento da cidade – travar-se-ia aí uma verdadeira batalha, na forma de um “urbanismo épico”, na visão de Sompeirac. De qualquer modo são todos exemplos que abrem mão de qualquer esforço de retificação da desordem, seguramente nem sempre como consagração, ao menos no plano mais remoto das intenções – quem sabe uma forma de explicitação das mazelas urbanas via redundância enfática... (é ao menos o que parece acreditar Jameson a propósito dos últimos projetos de Koolhaas e Frank Gehry, do que aliás tende a discordar seu conterrâneo Mike Davis, que vê nisto, especialmente nas obras para Los Angeles de Gehry, apenas “inteligentes sublimações”)<sup>5</sup>.

A verdade é que a “modéstia” de que falávamos acabou se revelando muito pouco modesta e além do mais a reboque de uma causa surpreendente e, aparentemente ao menos, antagônica – a de um urbanismo anárquico, de reforço da cidade caótica, fragmentária, soft etc. A meu

5. Jameson, “O utopismo depois do fim da utopia”, in *Pós-Modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*, trad. de Maria Elisa Cevasco, São Paulo: Ed. Ática, 1996 (pp.171-195); e “Os limites do pós-modernismo”, in *Espaço e Imagem, Teorias do pós-moderno*, Org. e trad. de Ana Lúcia Almeida Gazzola, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994 (pp. 174-234); e Mike Davis, *Cidade de Quartzo*, trad. Renato Aguiar, São Paulo: Scritta, 1993 – especialmente cap. “Fortaleza LA”.

ver, a ideologia do Plano acabou sendo substituída por outra não menos integrada – a ideologia da diversidade, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, no mais das vezes em nome de identidades locais. Uma tal política teria, portanto, redundado no seu contrário na medida mesma de sua realização, acompanhando o processo de modificação do capitalismo que ia alterando a própria fisionomia da cidade do capital, já agora convenientemente estilizada. A lógica que aí se esconde não é outra senão a da racionalidade perversa do mundo da reprodução material da sociedade, para a qual o reforço das particularidades é a contrapartida da globalização.

Esta globalização, que é econômica, tecnológica, midiática, gera ao mesmo tempo descompassos, segregações, guetos multiculturais e multirraciais, desterritorializações anárquicas, crescimentos anômalos e transgressivos – verdadeiros focos explosivos que devem esgotar suas energias numa entropia corrosiva, numa guerra interna generalizada, de facções e gangues, enquanto consomem e exportam formas culturais e religiosas cada vez mais sincréticas, criando uma vaga sensação generalizada de *reconciliação democrática vídeo-eletrônica*. Sem querer restaurar um suporte físico para a vida pública que deixou de existir e não só na cidade, não há como ignorar o conteúdo de realidade destas “irracionalidades proliferantes” e as forças sociais que aí irrompem, cada vez mais neutralizadas, não só pela imaterialização e por vezes mesmo glamourização televisiva dos horrores, mas pela fixação das populações mais carentes (conseguida através de todas as formas de persuasão – das quais as estratégias identitárias são ainda as mais amenas). Os ciclos migratórios cessaram, são as firmas hoje que se deslocam ou que se ter-

ceirizam em diferentes países, as matrizes mantendo-se nas *global cities* melhor equipadas em infraestruturas informatizadas (as cidades, regiões urbanas ou mesmo prédios “inteligentes”). Só aquela pequena e avassaladora fração com poder de compra e que ativa o turismo internacional tem direito de circular, e com ela, mais livres do que nunca (ao contrário da força de trabalho, bloqueada no seu território de origem) as mercadorias – dentre as quais, os exotismos culturais que alimentam a mídia na era da administração soft.

A cidade fragmentária em grande parte é isto: o resultado da chamada *nova ordem mundial*, justamente aquela do “capitalismo desorganizado”. É ao menos esta a tese de David Harvey<sup>6</sup> (e não só dele), ao vincular a chamada cidade soft ao novo padrão flexível de acumulação: sua configuração caótica seria apenas a face mais visível deste atual estado de coisas, tanto quanto a imediata estetização do assim sublimado estilhaçamento espacial. Flexibilidade, fluidez, multiplicidade, atopia... – diretrizes de um urbanismo que se quer sem modelos, plural, antiautoritário e tudo o mais, na verdade, apenas reforçando uma situação que não é mais do que o resultado da mais sinistra segregação.

Encerro com uma observação de método, por assim dizer. Gostaria de assinalar que não me desviei em nenhum momento da abordagem recomendada para esta Mesa: estritamente conceitual ou “filosófica”. Não ignoro, como referi de início, que a volta à cidade não se deu em silêncio (no silêncio especulativo dos canteiros), pelo contrário, nunca se lançaram tantos olhares “filosóficos” sobre a cidade e seus derivados urbanos. Os exemplos que dei

6. *Condição pós-Moderna*, São Paulo: Editora Loyola, 1992.

também são exemplos desse discurso urbano de segundo grau, um mosaico de empréstimos das mais desencontradas procedências. Os americanos chamariam de *theory*, ou mais precisamente *french theory* – um dos mais interessantes e insistentes subprodutos da transformação contemporânea da Filosofia. Ora, os poucos exemplos que mencionei oferecem justamente uma paradoxal verossimilhança aos surtos mais herméticos dessa proliferação teórica: descrevem com minúcia involuntária, porém deliberadamente afirmativa, um processo pavoroso de decomposição social. Assim, a simples comparação já funciona como crítica imanente, crítica, no caso, das imagens “filosóficas” da cidade. Uma outra maneira de lembrar que o exercício da crítica de Arquitetura também pode oferecer, ao lado da consideração das obras e da ordem social que as torna visíveis, uma excelente ocasião de se pedir contas ao nomadismo da pós-filosofia contemporânea.



## A cultura nas novas “estratégias” urbanas\*

Ninguém duvida que a cultura esteja na moda. “Tanto melhor”, reconhece o executivo chefe da Cartier, “enquanto ela aí ficar é preciso aproveitar”. Afirmção à qual o irreverente artista alemão Hans Haacke acrescenta esta outra, não menos cínica do presidente do Comitê executivo da Philip Morris – “Sejamos claros numa coisa: nosso interesse fundamental pelas artes é primeiramente nosso próprio interesse. São os benefícios imediatos e pragmáticos que podem ter um papel nos negócios.” Com um adendo: “e é ingênuo acreditar que o Estado vai retomar suas responsabilidades em matéria de cultura quando os Car-

\* Comunicação apresentada na sequência intitulada “Cultura da cidade”, no Simpósio Internacional sobre Espaços urbanos e exclusão socioespacial. *Práticas de inclusão*, promovido pela FAU-USP, de 4 a 6 de novembro de 1998. (Um resumo sucinto dos principais pontos do argumento está no artigo *Vendo Cidades*, em *Veredas* nº36, Rio de Janeiro, dez.1998; pp.21-23 na versão em espanhol neste site “Pasen y veán”).

Tendo o texto original sido distribuído por mim ao público, pareceu-me desnecessário, na ocasião, publicá-lo, mas como introduzia um tema novo nos meus ensaios, e, creio, um ponto de vista discordante no debate entre nós sobre urbanismo (naquele momento os “mestres” catalães estavam em São Paulo e, inclusive, dando cursos na FAU), achei importante incluí-lo nesta coletânea. Na verdade, esta conferência se desdobrou em uma série de outros textos meus posteriores sobre o assunto, entre eles, o mais extenso e completo: “Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas”, publicado em Otilia Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, *A cidade do pensamento único, desmanchando consensos*, Petrópolis, ed. Vozes, 2000, e reproduzido neste site em *Cultura, poder e dinheiro na gestão das cidades*, que inclui também “A ideologia do lugar público na arquitetura contemporânea” e “Cultura das cidades, animação sem frase”.

tiers do mundo não se interessarem mais por ela”.<sup>1</sup> Não tenhamos, portanto, ilusão se o Estado Francês – talvez o campeão de investimentos diretos na área – continua, embora não mais em volume igual ao da era Mitterrand, a patrocinar a cultura, é porque, como dizia na ocasião o *Ministro des Affaires Culturelles*, Jacques Lang, ela é o petróleo da França. Tradição republicana sim, mas nem por isso menos senso de oportunidade nos negócios. Algo semelhante se passa em Berlim atualmente. Como se pode ler num artigo recente do fidedigno Vargas Llosa, a antiga capital do Reich vai se transformando “na maior empresa (sic) arquitetônica e urbanística de que se tem memória”, informando que para elevá-la ao status simbólico de capital da União Monetária Europeia, “a menina dos olhos de tal promoção (sic) foi a cultura”.<sup>2</sup>



Hans Haacke, *Helmsbore Country* (exposto pela primeira vez em 1990).

Na verdade, a cultura parece ter se transformado num ingrediente indispensável da tão falada “governan-

1. Em Pierre Bourdieu – Hans Haacke, *Livre Troca, diálogos entre ciência e arte*, Rio de Janeiro: ed. Bertrand 1995.

2. Mário Vargas Llosa, “Cidade de todos”, *O Estado de São Paulo*, 11/10/1998.

bilidade” (que nada tem obviamente a ver com cidadania ou legitimidade democrática), numa nova modalidade de falso gasto público (na acepção keynesiana do termo). O cultural como “animação”, sem alma por certo, tornou-se o grande fetiche dos nossos dias. Sabemos faz tempo que nada está fora do alcance da febre do consumo, muito menos a cultura e seu prestígio, mas agora o próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador, na forma de bens simbólicos. É a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado, como *forma publicitária* (quer dizer, quando a própria realidade faz propaganda de si mesma, dispensando a mediação ideológica tradicional, a cobertura das alegações discursivas universalistas), e nada escapa a esta imaterialização que tomou conta do social. Antes um direito, agora uma obrigação político-administrativa, a cultura tornou-se *peça central na máquina reprodutiva do capitalismo*, a sua nova mola propulsora. Citando o prognóstico de Guy Debord, nos anos 1960: “a cultura tornada integralmente mercadoria deve também tornar-se a mercadoria vedete da sociedade espetacular”. Ou ainda, apoiando-se em Clark Kerr: “na segunda metade deste século a cultura haverá de ser o motor da economia, como fora o automóvel, na primeira, e a locomotiva, no século passado”.<sup>3</sup>

Conscientes disso, alguns governos, embora acossados pela crise e pela avalanche neoliberal, não titubearam, por exemplo, em restringir o orçamento do sistema previdenciário e ao mesmo tempo investir no campo “cultural” em expansão, fundindo publicidade e “animação cultural” – que passou a ser o sucedâneo de uma vida política ativa. Ao desmonte dos Estados Nacionais “refor-

3. Guy Débord. *La Societé du Spetacle*, Paris, Gallimard, 1992.

ados” vem se substituir as tão decantadas “parcerias”, e as subvenções inviabilizadas vão sendo transferidas (embora na maior parte das vezes via incentivos fiscais) para a iniciativa privada, implicada como parceira (para manter o eufemismo) na manutenção desta nova “democracia” cultural. O “consumo da cultura” (que, justamente por ser consumo, não tem mais nada a ver com a função de “esclarecimento” que a cultura algum tempo exerceu, ou por outra, tornou-se enfim um engodo de massa, como dizia uma antiga tese da Teoria Crítica) é, portanto, um dado objetivo do capitalismo hoje, uma inércia aparentemente incontornável – *fetichismo* é isso.

Não por acaso somos informados que o BID acaba de anunciar a liberação de uma verba para o patrimônio histórico brasileiro do programa Monumenta do Ministério da Cultura da mesma ordem que o para o de Reforma Agrária. Segundo matéria do jornal *O Estado de São Paulo*: “a revitalização dos centros históricos urbanos faz parte de uma *estratégia* ampla do governo para desenvolver o turismo brasileiro”, dando a palavra à secretária executiva do Ministério, na Federação das Indústrias para justificar: “a valorização da nossa oferta cultural será fator crucial se quisermos aumentar nossa participação no mercado turístico internacional”. Enfim é disto que se trata: da cultura como *marketing* estratégico, a dar visibilidade às nossas cidades, a projetá-las internacionalmente e assim atrair capital.

Nesse panorama, as novas gestões urbanas, empenhadas em induzir processos de *gentrification* com vistas a alterar o perfil sociocultural das cidades, se viram obrigadas a suprir uma demanda crescente de “bens culturais” por essa mesma camada social responsável pelas requalificações buscadas por tais estratégias. Segundo Feathers-tone, em um de seus muitos ensaios sobre esse processo de

expansão da cultura, o excedente monetário (ou seja, uma das resultantes do processo de financeirização da riqueza) estaria sendo utilizado, desde a última década, em grande parte para “financiar a arquitetura pós-moderna, ou inflar os mercados de artes, ou ainda as formas como algumas grandes cidades ocidentais estimulam especialistas simbólicos (os novos intelectuais ou “intermediários culturais”) a ocuparem áreas urbanas em processo de recuperação (como o Soho em Nova York), para acelerar sua *gentrification* e uma elevação geral no prestígio e no capital simbólico da cidade.”<sup>4</sup>



Herzog & De Meuron, *Modern Tate Gallery*, 1994-2000.

Projeto em antiga usina, desativada em 1981. Parte da megaoperação de reurbanização das Docklands e de South Bank em Londres.

4. Mike Featherstone, *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*, São Paulo, Studio Nobel, 1995.

Em tempo: ao me referir ao fato de que tudo se transformou em “cultura” não ignoro as diversas acepções do termo, mas é sua recente abrangência, ou seja, sua não especificidade a que estou me referindo. Talvez tenha razão Wallerstein ao atribuir esta própria confusão conceitual ao desenvolvimento histórico do sistema capitalista e reflexo de sua lógica orientadora. Voltarei a ele para enfatizar nesta indiferenciação a complementariedade do universalismo e dos particularismos culturais, o seu caráter simbiótico, reforçando-se mutuamente e pervertendo a “boa dialética” do particular e do universal. Mas tudo isto, no âmbito específico do discurso recente, o das “novas estratégias urbanas”.

Aliás, sobre essa relação direta entre lógica da cultura e do capital, devo dizer que não vejo conflito algum entre dois diagnósticos de época em princípio mutuamente excludentes: a) que, no atual estágio da sociedade de consumo, a cultura – antes esfera autônoma e separada – tornou-se coextensiva à sociedade, que por isso mesmo passa a ser denominada sociedade do espetáculo ou da imagem; e, b) que, nesta mesma sociedade em que tudo é cultural, a economia irrompe não só como instância determinante, mas como princípio de dissolução de todas as relações humanas no estritamente econômico. Na verdade, a realidade, que é uma só, ora é vista como inteiramente cultural, ora como puramente econômica. Ou por outra, como dirá Jameson ao entrar no debate nos anos 1980, trata-se de uma falsa oposição: “tudo é cultural” obviamente por razões econômicas.

Não há como discordar. À atual “apoteose do dinheiro” (na expressão de Robert Kurz, literalmente: “a ascen-

são do dinheiro aos céus”<sup>5</sup>), se deve o ímpeto peculiar de três setores (em termos de “acumulação”), o financeiro, o de tecnologia de ponta (informática, telecomunicações, aeroespacial etc.) e justamente o da cultura mercantilizada, dita multimídia: ou seja, com o triunfo da economia de mercado redundando numa brutal concentração e financeirização da riqueza, a “cultura” tornou-se um grande negócio – da indústria cultural de massa (clássica) ao passo mais recente da intermediação cultural e correspondente consumo gentrificado, incluindo o próprio “consumo” da cidade.

Em suma, a realidade última é sem dúvida a do capital que, na sua quintessência, é a inflação hiper-realista do mundo das imagens, mas é clara a reversibilidade de um no outro – o mundo do dinheiro e o da cultura –, já que o capital ou a riqueza financeirizada é ela mesma um inchaço de ficção ou uma inflação rentista de ativos. De outro lado, o descontrole do mercado que se desgarrou do Estado Social quebrado pela crise fiscal decorrente desse divórcio entre economia e sociedade, também descontrolou o reino “autônomo” da cultura, que, se tornando ela própria um artigo de comércio entre outros, não só se autonomizou uma segunda vez (como a própria economia), como se generalizou a ponto de entronizar o esquema culturalista (de base antropológica) na condição de explicação em última instância da sociedade.

\*

Retomando a questão da cidade, do ponto de vista das “novas estratégias urbanas” – não é por acaso que utilizei

5. Título de um ensaio publicado na revista *Krisis*, 1995.

no título desta exposição essa expressão, porque é disto que se trata: de estratégias para as quais a cultura é uma “arma” essencial.

Se em algum momento, especialmente a partir dos anos 1950, contra o planejamento urbano como ordenação racional e funcional da cidade como um todo, considerado arbitrário e indiferente às diferenças locais, foi-se abandonando a perspectiva totalizadora moderna por uma urbanização sem modelos fixos, portanto, como intervenção pontual, respeitando contextos, culturas locais e até mesmo configurações sociais diversas, não demorou muito para uma política urbana centrada na ideologia da particularidade, da vizinhança, em algo como o sucedâneo de uma vida pública em circuito fechado, revelar sua fragilidade e o quanto era responsável pela formação de guetos e reforço da fragmentação urbana. Portanto, novas patologias da cidade na era pós-moderna, a serem corrigidas por um novo tipo de totalização, numa retomada do planejamento agora em novos moldes – o que se vem chamando de “Planejamento Estratégico”. Tematizado por alguns arquitetos responsáveis pelo “plan cap 92”, posteriormente “Barcelona 2000”, vem se tornando a bíblia de várias administrações urbanas que pretendem com ele atingir a eficácia máxima no plano da cidade. Seria preciso dizer que um plano concebido nesses termos de performance ótima, só poderia ser um decalque apologético dos novos modelos de competitividade empresarial? Combinando (dentro do possível...) interesses privados e coletivos, locais e globais – de modo a vencer a nova guerra que estamos vivendo, agora de cunho enfaticamente econômico. Nas palavras de Boisot (*Estratégias Territoriais no Mundo Competitivo* – 1989), citado por Roig i Marti (Diretor da Promoção Econômica de Barcelona, em

1990): “a planificação urbana é um jogo contra a natureza, a planificação estratégica é um jogo contra *adversários*”.



Cidade Olímpica, Barcelona (Olimpíadas de 1992).  
Projeto coordenado por Oriol Bohigas.

O meu objetivo é resumir e explicitar as implicações deste novo “modelo” e o papel que a cultura tem nele. Acho que em relação aos últimos 20 anos de apologia da cidade fragmentária e mesmo caótica, representa uma mudança, mas que nem por isso deixa de incorporar o discurso e as práticas descentradas do período anterior, com direito até a uma nova formulação, digamos mais “política” (ou politicamente correta...), a alegação de promoção do pluralismo cultural..., na falta de alternância propriamente política, para não falar no econômico (transformado em fatalidade “natural”, inamovível).

Embora a técnica adotada seja de matriz americana – de empresas privadas, nos anos 1960, a empresas públicas,

depois cidades e regiões (“Los Angeles 2000” é de 1986) e haja exemplos também na Europa, como Birmingham e Rotterdam, não é sem motivo que Barcelona se tornou a grande referência pois, seguramente, foi a primeira vez que esta proposta estratégica foi tão elaborada (sem ignorar esforços como de Max Boisot ou Campos Venuti – *A terceira geração da urbanística*<sup>6</sup>), no sentido de fazer convergir o plano conceitual e a prática (e é nesta versão, dos urbanistas catalães que vem sendo difundida), estes, aliás, justamente, discípulos e colaboradores de Bohigas que, à frente da Secretaria do Planejamento – rebatizada por ele de Projeto Urbano – radicalizara a proposta de modestas intervenções pontuais, com um projeto por sinal bastante ambicioso, da construção de cem praças (não por acaso numa fase de franca expansão da ideologia do lugar público, além do mais numa cidade onde as pessoas conservam o hábito do encontro em espaços dessa natureza), no intuito de, por difusão, ou através de uma “metástase benigna” (expressão depois muitas vezes utilizada), reurbanizar os entornos, até o ponto de atingir a cidade como um todo.

A pretexto das Olimpíadas, e certamente propiciado por ela, um novo rumo acabou sendo dado à Secretaria, então sob a direção de Bousquets, quando voltou à denominação antiga, mas agora obedecendo a uma nova fórmula que procurava conjugar microintervenções a um plano mais geral. O processo portanto, que se iniciou em 1980, ainda sob a égide do *design* urbano, acabou ganhando, especialmente a partir da formulação do plano “Barcelona 2000”, uma dimensão maior: tratava-se de estabelecer uma meta clara, que evidentemente não se esgotasse no

6. *La terza generazione dell’urbanistica*, Milão: Franco Angeli, 1987.

evento de 1992 e que dissesse respeito ao que se pretendia alcançar com todas estas melhorias para a cidade como um todo, na região e na Europa; em suma, definir o lugar de Barcelona como “metrópole europeia” – ao menos esta a fórmula que resultou da Conferência das Eurocidades em 1989. Voltando a citar Roig i Marti: fazendo-a competitiva internacionalmente e tendo encontrado “seu nicho estratégico”. Para o que, adverte Oriol Nel-lo é preciso promover-se inclusive, publicitariamente, utilizar-se do *city-marketing*, como já estaria ocorrendo com outras cidades. E para isto nada melhor do que explorar aquilo pelo qual a cidade é prontamente *identificada*, aquilo que se constitui como imagem-Barcelona – ou seja, em especial sua arquitetura e sua tradição industrial –, ao mesmo tempo, buscando sua *inserção nos circuitos culturais internacionais*, como propunha um dos coordenadores do plano 2000.<sup>7</sup> Segundo ele – Juan Campreciós – esta também a maneira de aumentar o apreço pela sua cidade e a autoestima dos cidadãos, motivados assim a participar, através de um consenso “concertado”, na elaboração e execução do plano. Em parte, essa a característica que distinguiria o “modelo Barcelona” dos demais (simplificando, o americano seria basicamente privado e o francês, basicamente estatal) – nas palavras de Jordi Borja: trata-se de “uma articulação entre atores públicos e privados para promover estratégias concertadas de desenvolvimento e sua organização para uma ação conjunta”. O que implica numa ampla participação das instituições e mesmo dos cidadãos, partindo, acreditava o presidente do Conselho, “de diálogo sincero e de vontade de consenso” (!!!) Ora,

7. Cf. *La ciudad ante el 2000*, Cuaderno Central nº 15, Ayuntamiento de Barcelona, 1990.

o empenho dos cidadãos teria como poder catalizador a afirmação das identidades político-culturais (novamente Borja...) – e assim por diante.<sup>8</sup>



Hotel Arts (com escultura em forma de peixe de Frank Gehry) e Torre MAPFRE entre a Cidade Olímpica e o Porto Olímpico, 1992.

Voltando ao plano em execução sem nos determos nas metas estabelecidas: a pretexto das Olimpíadas e da publicidade que propiciava, o Estado conseguiu mobilizar o setor privado que, até os Jogos, bancou algo em torno de 50% deste megaprojeto, ainda hoje por concluir... Insisto, não se trata aqui de um estudo em detalhe ou de uma avaliação crítica do que ocorreu, mas muito mais do que passou a ser proposto, a partir de então, como modelo de “planejamento estratégico” e o papel que as iniciativas culturais têm no interior do mesmo (e não apenas os edi-

8. Borja e Castells, *Local y Global*, Madri: Taurus, 1987.

fícios ou equipamentos, ou a promoção dos seus artistas mais conhecidos, mas de suas tradições locais; no caso de Barcelona, em grande parte a própria arquitetura, dos desenhos urbanos originais – os quarteirões de Cerdá ou a cidade modernista do Plano Maciá – a arquitetura Art Nouveau (chamada pelos espanhóis de “modernista”), sem falar naquela contemporânea, posta em desfile nos novos projetos, com raras exceções, dos próprios arquitetos locais) com vistas a uma imagem prestigiosa da cidade, obviamente voltada para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual a capital da Catalunha se lançava. Mas para isso também era necessário que Barcelona se mostrasse à altura das novas exigências, do desenvolvimento do terciário avançado à uma arquitetura tão *up to date* a ponto de incluir Foster, Meyer e toda uma série de edificações que seguissem o padrão das novas centralidades empresariais das megacidades. (Aliás o interesse – e talvez o relativo sucesso deste modelo Barcelona – decorra de sua situação limite, de um certo modo ter sabido combinar regionalismo crítico e neo ou ultramodernismo, teoria do “lugar” e planejamento estratégico. E isto seguramente por se estar num período de transição, ou ao menos, de relativa indefinição, seja de Barcelona, da Espanha, da Europa ou mesmo da globalização. Ao se generalizar, no entanto, o modelo seguramente se banalizou ou, ao menos, virou uma “fórmula” que passou a ser vendida e adotada mundo afora.)

Resta saber como atuam neste novo receituário de planificação nitidamente (repito) empresarial – “a cidade do empreendimento” (na denominação de Peter Hall<sup>9</sup>,

9. Peter Hall, *Cidades do amanhã*, São Paulo: Perspectiva, 1995.

inicialmente crítico, mas hoje, não por acaso, coautor de textos também assinados pelo grande sistematizador – para não dizer propagandista – deste modelo: Manuel Castells) – as gestões culturais. Isto é: como a busca de identidades locais se incorporou a uma estratégia de inserção global? Ou ainda: como entender a reposição reforçada do viés culturalista, a verdadeira âncora da nova estratégia de planificação (esta, em princípio destinada agora a conter a nova desordem urbana, até então estilizada, pelos mais cínicos, em esteticismo)? Em outras palavras: por que o novo planejamento urbano, por isso mesmo dito “estratégico” – por ser novo em relação às intervenções “modestas” do período anterior, e contrastante, por desenterrar, e pelo menos reabilitar (em outra chave, é claro) uma expressão derivada da falida “ideologia do plano”- não só relançou como manteve o foco na alegada dimensão “cultural” do impulso dito (também) historicista do paradigma prevalecente durante a fase de reação ao naufrágio histórico do Movimento Moderno? Obviamente a pergunta perderia sua razão de ser se não houvesse uma incompatibilidade de princípio entre o caráter sistêmico-funcional da ideia de “estratégia” e a fragmentação, a ser respeitada ou induzida inerente à valorização da “diferença” com a qual, por definição, o “cultural” se confunde enquanto esfera refratária à homogeneidade imposta ou requerida pela velha “ideologia da ordem”. Noutras palavras, e invertendo a sequência estratégia/cultura: políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas? (Algo como calcular o espontâneo, ou derivar a integridade ou autenticidade de uma “escolha racional” – quando o que está em pauta são ponderações do tipo custo/benefício, qualidade/preço etc.).

Com isso já estamos avançando no enunciado da questão, a confluência, como a própria terminologia corrente já indica, de políticas de “*image-making*”, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, mesmo que na origem da formulação estivessem os mais progressistas e bem-intencionados propósitos, pois quem diz “*image-making*” está pensando, queira ou não, em políticas “*business-oriented*”, para não falar ainda em “*market-friendly*” (amistosas em relação ao mercado e suas expectativas). Estamos diante portanto de um segundo turno do *cultural turn* (pensando nas mudanças que se deram nos anos 1960, os movimentos libertários daquela década e que, em parte, redundaram nas teorias do “lugar” – primeiro *turn*); segundo turno, portanto, no qual essa famigerada mudança de paradigma (em todos os níveis, da regulação econômica à filosofia) coincidiria enfim com a sua verdade, no fundo, a verdade do nosso tempo, a lógica dominante (para falar eufemisticamente) da “*generalized bargaining*” (própria da integração social pelo “valor”, valor de troca) em que tudo se negocia (não há texto pós-moderno em que não se esteja “negociando” com alguma categoria ou “agência”), de “imagens” a outros itens menos simbólicos, numa espécie de arrivismo quase metafísico.

\*

Em suma, as cidades só se tornam protagonistas de sua época se, e somente se, forem devidamente dotadas de um plano estratégico capaz de gerar respostas “competitivas” aos “desafios da globalização” (aspas de clichê). Esse o teorema-padrão que um Projeto-Cidade de última geração deve demonstrar a cada oportunidade de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vanta-

gem comparativa a ser recriada. Como em princípio se trata de uma resposta a uma sensação coletiva de crise – como dizem os seus proponentes –, a abordagem aconselhada nestas circunstâncias de colapso da modernização urbana se concentrará sobretudo no caráter simbólico daquela sensação dramática, pois é fato que o mero ressentimento de uma população que se sente excluída representa de saída o principal obstáculo a ser transposto quando se procura reverter a expectativa negativa em relação aos governantes, interessados por sua vez em serem reconhecidos como os representantes de uma “vontade de inserção” (novamente aspas de clichê) que em princípio cada habitante de um território deteriorado traria adormecida em seu peito. Como também se trata antes de tudo de um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que a âncora identitária recaia de preferência na animação cultural.

Não faltam exemplos óbvios nessa direção. Mais uma vez um exemplo espanhol. Desta vez Bilbao, uma cidade degradada por uma década de desindustrialização, perto portanto do ponto ótimo de “sensação de crise”. Assim, há poucos anos atrás, o diretor da Fundação Guggenheim convenceu o prefeito da cidade a construir um edifício que pudesse identificar a capital basca como a Ópera em Sidney – o resultado é conhecido: o extravagante Museu de Gehry que criou, como ele mesmo diz, algo como uma flor de aço a emergir do rio Nérvio – 100 milhões de dólares, mais de 30.000 m<sup>2</sup>, 70 de altura, a esperar que a Fundação administre o acervo e o enriqueça com as suas coleções itinerantes (que já não tinham mais onde serem abrigadas), modificando drasticamente sua oferta turístico-cultural, como se recomenda atualmente. Ainda estão para ser avaliadas as consequências dessa negociação explícita da imagem da cidade.



Frank Gehry, Museu Guggenheim, Bilbao, 1997.

Francisco Indovina poderia acrescentar que o lançamento daquela sonda cultural – um museu mais chamativo do que o seu acervo adventício – deve ter sido projetada como quem aproveita uma *ocasião* – rara em tempos de escassez, em geral vista como uma “fatalidade sistêmica” – para inclusive pôr em marcha processos banais de valorização especulativa e consequente expulsão-troca

de populações. Estou me referindo a um artigo de 1996<sup>10</sup> republicado agora por ocasião da Exposição Mundial de Lisboa (1998), ela mesma ancorada num grande evento gerador de um *city marketing* em escala global. Como se sabe trata-se de um imenso parque temático – algo como um mega aquário comemorativo da expansão marítima do protocapitalismo europeu – na forma de um catálogo ao vivo do *star system* arquitetônico, aliás deliberadamente temperado por forte representação do país, pois se trata afinal também de promover internacionalmente, nesta vitrine excepcional, os valores emergentes do *sa-voir faire* local. Assim, tudo mais ou menos conforme o mesmo paradigma nesta resposta “estratégica” à “sensação de crise” (e no caso de Lisboa então nem se fala, no que concerne a uma espécie de consciência nacional infeliz que remonta a séculos de “fracassomania”...) por meio de um grande evento internacional, aliás na sequência de outro, sua promoção à condição de capital cultural europeia em 1994. De acordo portanto com o novo paradigma, um acontecimento planejado para servir de embrião da reconversão urbana de uma vasta zona industrial e portuária de Lisboa. Ao lado das previsíveis variações “espetaculares” em torno dos temas marítimos e derivados, põe-se, contudo, o seguinte paradoxo: como “fazer cidade” mediante um evento excepcional – no caso uma Exposição, mas poderia ser uma Olimpíada, uma Copa do Mundo etc. –, por definição destinado tradicionalmente a fazer a “não-cidade”. (Num certo sentido estamos novamente confrontados com as efêmeras cidades-feiras...) Por onde se vê que é próprio de um Projeto de Cidade definido por um Plano

10. “Os grandes acontecimentos e a cidade ocasional”, in *Lisbon World Expo 98. Projects*, Blau 1996.

Estratégico antes de mais nada chamar a atenção sobre si mesmo, nessa espécie de autorreflexão publicitária. Resultante, segundo seus propagandistas, da “vontade identitária de inserção”, pois é nessa vitrine-mostruário de arquitetura de última geração que a cidade aspirante a ocupar um nó estratégico na rede das cidades mundiais se faz reconhecer, enfim identificar por uma marca que se apresente a si mesma como algo a confirmar sua condição ultramoderna: e assim sendo, *qualquer* megaevento vem a calhar, não importa de que natureza seja – desde que não se perca a “ocasião”...



Peter Chemayeff, Pavilhão dos Oceanos, Expo 98, Lisboa.  
Ao fundo Pavilhão da Utopia (Arq. Regino Cruz).

Por onde se pode ver que a identidade que todos buscam é a rigor indiferente ao conteúdo sobre o qual se assentará. Pois é sobre esse aspecto à primeira vista surpreenden-

te – uma identidade vazia, que a bem dizer não identifica nada, quando deveria ser o contrário, ainda mais por alegar se apresentar forrada por matéria cultural e portanto simbólica – que se detém Indovina, no artigo mencionado há pouco, para destacar o aparente contrassenso de um plano estratégico na origem de uma cidade propriamente “ocasional”, como chama tais surtos de renovação deflagrados quando se aproveita de um Grande Evento, em geral valendo-se de “vazios urbanos”, como oportunidade para alavancar (com o perdão da má palavra) investimentos. Ao mesmo tempo, é justamente isto que diferencia o caráter gerencial do novo planejamento urbano – vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Daí a indiferença do evento ocasional (até de uma calamidade natural pode nascer a “ocasião” de preencher um “vazio urbano”, contraprova enfática do caráter formal de um modo de produção que precisa fazer abstração de qualquer conteúdo quando o que está em jogo é um processo de valorização como fim em si mesmo). Esses Grandes Eventos que em princípio demarcam um polo de reconhecimento coletivo (e não estou dizendo que não logrem isso, só que num outro registro), perderam qualquer significado intrínseco, a única coisa que realmente importa é saber se estão em condição de movimentar milhões de pessoas e se permitem ou não construir centenas de milhares de metros cúbicos... Soa assim tanto mais absurdo um Plano Estratégico, ancorado num vazio urbano, que vise “reconstruir o sentido da cidade”! Salvo se o sentido da cidade for aquilo que se espera depois da falência das intervenções urbanas dos anos 1970, a saber, como observa mais uma vez nosso Autor: o vazio que a Grande Ocasão permitirá preencher (embora continue vazio de sentido) nada mais é do que o terreno propício para os processos bem conhecidos

de capitalização das cidades, ou também conhecido como modernização estrito senso. A saber, modernizar não significa inovar socialmente com equidade, mas antes entulhar as cidades com obras que as façam parecer modernas, primeiro passo indispensável para as tornar rentáveis: arquitetura de materiais *high tech* – a mitologia exigida pelo espaço construído do terciário avançado – cujas fachadas sequer observam uma relação direta com a realidade, pois se trata apenas de tornar visível (e impressionante!) o próprio “imaterial” a que se resumem os serviços de última geração prestados aos comandos ou subcomandos das redes empresariais. Digamos que o “cultural” é a expressão multiforme dessa mitologia da nova fronteira tecnológica e social transposta pela *Information Age*.



## Vendo cidades\*

Há alguns anos atrás, Bilbao era apenas uma entre um sem-número de cidades assoladas pelo flagelo da globalização, isto é, mais uma cidade degradada por uma década de desindustrialização. No seu jargão muito peculiar, um arquiteto-urbanista de última geração, empenhado em reconstruir o sentido perdido da cidade, diria que uma cidade como Bilbao estava no ponto ótimo da crise, carecendo, portanto, de um plano de renovação urbana, que chamará de estratégico, capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização. E mais: como se trata também de uma sensação coletiva porém subjetiva de crise, responsável inclusive por uma queda dramática na autoestima de seus habitantes, a abordagem recomendada nesta circunstância deveria se revestir de um caráter sobretudo simbólico, próprio dos empreendimentos de comunicação e promoção. Seria, portanto, aconselhável que a âncora da operação urbana fosse de natureza identitária, impulsionada de preferência por um projeto de animação cultural.

Assim foi feito. Depois de alguma polêmica, a municipalidade se deixou convencer de que afinal chegara a ocasião de dotar a cidade de um monumento com carac-

\* Publicado originalmente na Revista Veredas (CCBB) Rio de Janeiro, v. 36, 1988, pp. 21-23. Versão resumida da conferência anterior. Reeditada em espanhol por Adrián Gorelik em 2000 na Revista Punto de Vista e reproduzida neste site em *Cultura y coaliciones de poder y dinero em las nuevas gestiones urbanas*.

terísticas tais que permitisse identificar a capital basca como, por exemplo, Sidney, pelo edifício do seu teatro de ópera. O resultado é bem conhecido, um museu da Fundação Guggenheim, projetado pelo arquiteto americano Frank Gehry, uma extravagante flor metálica de 100 milhões de dólares emergindo do rio Nervio, destinada a exponenciar a oferta cultural da cidade, como se diz na língua franca do momento. Quanto à reversão do processo de deterioração urbana são outros quinhentos, que ainda estão para ser avaliados.



Frank Gehry, Museu Guggenheim, Bilbao, 1997.

Mesmo assim gostaria de destacar outro aspecto dessa negociação de que resultará a nova imagem da cidade. O que esta última anuncia? Em primeiro lugar, que a cidade tem um Gehry, assim como São Francisco tem um museu assinado por Mario Botta, Los Angeles, um Isosaki, mais um Richard Meyer etc., todos membros do *star system* da arquitetura mundial. Essa imagem estratégica está, portanto, informando que existe doravante no País Basco

uma real vontade de inserção nas redes globais, que sua capital deixou de ser uma cidade-problema e pode vir a ser uma confiável cidade-negócio. De fato, o que se dá mesmo a ver é o próprio emblema da credibilidade, os sinais emitidos por aquele consumado exemplar de maneirismo arquitetônico: materiais ostensivamente calculados para ofuscar pelo brilho *high tech*; atmosfera de vanguarda sugerida pelos volumes de corte desconstrucionista; ambiência introvertida de um enclave para os *happy few*. Um ícone, enfim, do mundo dos integrados, no caso a indispensável janela dos altos serviços culturais se abrindo para o terciário avançado, sem o qual a mencionada vontade elegantemente arrivista de inserção não passaria de um voto piedoso.

Identificação paradoxal, para dizer o menos. Pois o reconhecimento externo e interno buscado se daria em torno de um ponto de fuga tanto mais localmente aglutinador, como pretende, quanto mais se apresenta como uma verdadeira marca de extraterritorialidade, indiferentemente implantável em qualquer outro nó da malha global. Por isto mesmo é dita simbólica essa identidade estrategicamente planejada com os meios altamente persuasivos da cultura arquitetônica da imagem, inflacionada por duas décadas de pós-modernismo. Quanto ao recheio do museu, ficará em grande parte por conta das coleções itinerantes do próprio Guggenheim – outra ocorrência em rede, cuja ressonância cultural local tampouco é relevante, ou melhor, se resume a filas de dobrar esquinas – dupla imagem da afluência que confirma o acerto do investimento nos serviços de alta visibilidade, de preferência em escala monumental. À vista de uma sonda cultural como esta, uma agência internacional de avaliação de risco concluiria que no País Basco os governantes finalmente resol-

veram “pensar global para agir local”, como manda a boa gramática gerencial.

\*

Tudo começou em Barcelona. Não estou querendo sugerir que se trata de uma invenção ibérica, mas apenas lembrando que com o tempo o planejamento de Barcelona – dito depois estratégico – foi se convertendo num paradigma dentro do que se convencionou chamar urbanística de terceira geração. A primeira começou a ser mal-vista por volta dos anos 1950, por vício de intervenção drástica do tipo tabula rasa, em nome de uma visão funcional da cidade-máquina da era industrial. Abandonada aos poucos por uma urbanização sem modelos fixos, alegando modéstia nas suas intervenções no geral pontuais, respeitadora de culturas locais. Não demorou muito todavia para uma tal política urbana, centrada na ideologia multicolorida da diferença, revelar sua fragilidade estetizando guetos e reforçando a fragmentação urbana; de sorte que, visando debelar as novas patologias da cidade na era dita pós-moderna, foi-se cristalizando um novo ciclo de gestão urbana – projetos de cidade definidos por um plano estratégico envolvendo um pouco de tudo: das gentrificações de praxe nos casos de reabilitação urbana por meio da atração especulativa de investidores e moradores solventes (o eufemismo diz tudo acerca dos que saíram de cena), às exortações cívicas endereçadas aos chamados atores urbanos, que de recalcitrantes se tornariam cada vez mais cooperativos em torno dos objetivos comuns de *city marketing*. Pois é disso que se trata. Sem maiores rodeios: desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade – como vimos, ainda incipiente, porém eloquente na disci-

pula Bilbao. É que o modelo se generalizou, virou fórmula vendida mundo afora às municipalidades interessadas em se tornarem competitivas mediante reforço de imagem, nos termos em que se viu.



Richard Meyer, Museu de Arte Contemporânea de Barcelona-MACBA, 1995.

Barcelona inovou também noutro quesito importante dessa estratégia de *image making*, e consequente reconversão empresarial das cidades. Refiro-me, ainda em jargão, a uma resposta competitiva específica, qual seja o aproveitamento estratégico de um megaevento internacional, no caso, a Olimpíada de 92, sem a qual a fórmula Barcelona seguramente não teria se convertido na atual vitrine do admirável mundo novo da globalização. Assim como nos exemplos anteriores, Frank Gehry, Botta, Meyer e Cia. são intercambiáveis e indiferentemente superponíveis – quanto mais peças no mostruário melhor – seria pre-

ciso acrescentar que a natureza de tais eventos não vem ao caso, desde, é claro, que seja em escala mega e global? Como observou um estudioso dessas cidades que batizou de ocasionais, tanto faz se Copa do mundo, Exposição disso ou daquilo, ou mesmo uma catástrofe natural, o único que importa é saber que milhões de pessoas e metros cúbicos de terra serão movimentados. Desde que implique dispendios e remunerações à altura, daria no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, quer dizer, pirâmides e outros prismas espectrais em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem-estar na ultramodernidade. Como o capitalismo também é uma máquina de gerar insignificância – embora as cifras da exploração não o sejam –, destinada a acumular indefinidamente mais do mesmo, não há paradoxo, antes involuntária coerência, num projeto de restauração do sentido original do “fazer cidade” (como se diz nos prospectos) movido a “ocasiões” sem significado urbano intrínseco além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmas indiferentes desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição.

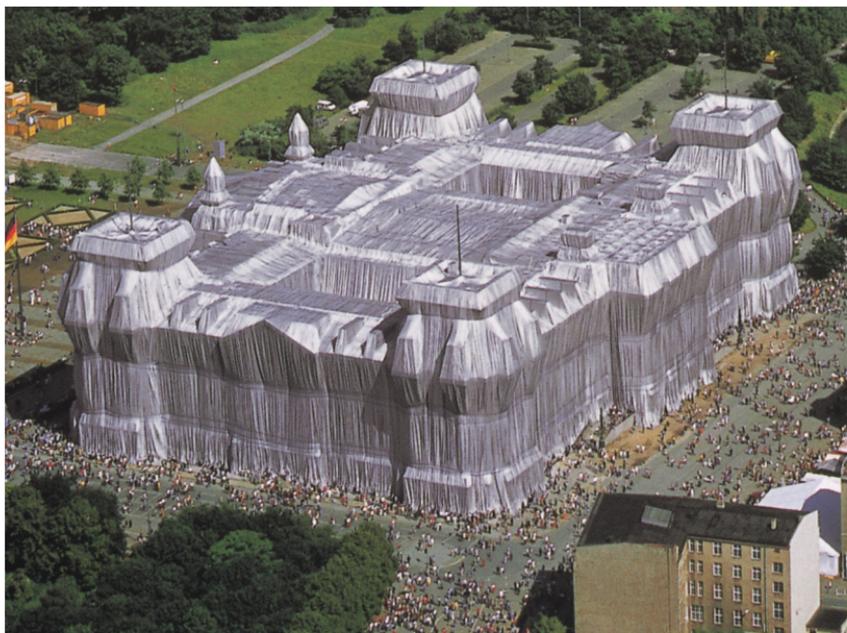
\*

Não são todos os planos de requalificação das cidades aspirantes a protagonistas globais que derivam do paradigma Barcelona. Longe disso. Basta, no entanto, que se trate de promoção mediante comunicação de imagem, para que todos tenham o mesmo ar de família.

Veja-se o caso óbvio da Expo 98 de Lisboa. Em princípio outro megaevento planejado para servir de embrião para a reconversão urbana de uma vasta zona industrial e portuária de Lisboa. De resto, o terreno já fora aplaina-

do ao longo do ano de 1994, quando a cidade desfrutara da condição oficial de capital cultural europeia, com direito a todas as promoções daí decorrentes. Mas o que se expõe em Lisboa? No plano dos automatismos – mola secreta no negócio de imagens –, quando se fala em Portugal logo se pensa (?) em Grandes Navegações e Descobrimentos. Dito e feito: a Expo 98 na verdade é um imenso parque temático, algo como um hiper aquário comemorativo da expansão ultramarina do protocapitalismo europeu. E assim sendo se apresenta na forma de um catálogo arquitetônico vivo do *star system* de sempre, porém habilmente temperado por forte representação dos talentos locais. Portanto nada se expõe além da própria exposição, como é da natureza tautológica de um processo eternamente concentrado na autocontemplação celebrativa. Quanto à imagem-identidade da capital em promoção, será tanto mais eficaz quanto se limitar a anunciar que afinal Portugal é Portugal.

Algo semelhante se passa em Berlim atualmente. Como se pode ler num artigo recente do fidedigno Vargas Llosa, a antiga capital do Reich vai se transformando “na maior empresa (sic) arquitetônica e urbanística de que se tem memória”, acrescentando que para elevá-la ao *status* simbólico de capital da União Monetária Europeia, “a menina dos olhos de tal promoção (sic) foi a cultura”. E, confirmando que o que se cultua na imagem promocional de uma cidade é ela mesma, a próxima Bienal de Berlim anuncia como tema a própria Berlim – de modo que o visitante não perca de vista que o que está em jogo é a nova cap a procura de sua...identidade. Tão vazia e incontestável quanto a certeza de que A é igual a A.



Christo e Jeanne-Claude, Embalagem do Reichstag, antes de sua recuperação, 1995.

\*

Atualmente dois diagnósticos de época parecem disputar a preferência das opiniões, à primeira vista dois juízos incompatíveis: para o primeiro, no mundo de hoje tudo é cultural; para o segundo, não há nada que escape à determinação econômica, não em última, mas em primeiríssima instância. Assim, a realidade, que é uma só, ora é vista como inteiramente cultural, ora como puramente econômica. Sem excluir a hipótese de que tudo é cultural por razões econômicas e vice-versa.

Daí esse curioso entrecruzamento: de um lado, urbanistas e arquitetos de ascendência no mais das vezes progressista, projetando em termos gerenciais acintosamente explícitos. De outro, o espetáculo surrealista de empresários e banqueiros enaltecendo o “pulsar de cada

rua, praça ou fragmento urbano”. Como se trata de uma harmoniosa parceria estratégica, acabaram todos falando o mesmo jargão da autenticidade urbana, que se poderia denominar culturalismo de mercado. Investindo e projetando de acordo. Já se inventou a empresa-cidadã, um animal de zoologia fantástica cevado a isenções de todo o tipo. É natural que ele crie à sua imagem e semelhança uma cidade-empresa, com cortes de custos, dispensa de pessoal supérfluo, e clientes identificados com a cultura da firma.



## Cultura e transformação urbana\*

A propósito das “cidades-evento” – título da comunicação do Prof. Walter Prigge – observei, não faz muito tempo, referindo-me à Expo 98 de Lisboa, valendo-me, na ocasião, de uma expressão semelhante, de Francesco Indovina, “cidades-ocasionais”: tanto faz se se trata de Olimpíadas, Copa do mundo, Exposição disso ou daquilo, uma catástrofe natural, 200 anos de Revolução Francesa, 500 anos de descobrimento da América ou do Brasil, ou mesmo um *show-case* como um museu extravagante, o único que importa é saber que milhões de pessoas e metros cúbicos de terra serão movimentados. Desde que implique dispêndios e remunerações à altura, dá no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, ou construir pirâmides e outros prismas espectrais em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem-estar na ultramodernidade. Como o capitalismo também é uma máquina de gerar insignificância – embora as cifras da exploração não o sejam –, destinada a acumular indefinidamente mais do mesmo, não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de restauração do sentido original do “fazer cidade” (como se diz nos prospectos) movido a “ocasiões” sem significado urbano intrínseco além da equivalência geral

\* Comunicação apresentada no Instituto Goethe e em colaboração com a FAU USP, *Cidade e Cultura*, em 2000 compilado juntamente com as demais comunicações em livro org. por Vera Pallamin, Editora Estação Liberdade, 2002; pp. 59-70. O texto, ao mesmo tempo que expõe um ponto de vista diverso do Prof. Prigge sobre as “cidades-eventos”, antecipa parte do ensaio “Uma estratégia fatal. A cultura nas novas estratégias urbanas” cit. e o incluo nesta sequência a título de síntese conclusiva.

das boas oportunidades, em si mesmas indiferentes desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição. Esse, sem dúvida, um dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Sendo que o que está à venda é um produto inédito: a própria cidade, que para tanto precisa adotar uma política agressiva de *marketing*. Como a própria terminologia corrente já indica, estamos diante de políticas de *image-making*, ou seja, *business-oriented*, mesmo quando se alega (até de boa-fé) em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção. Pois um dos ingredientes da nova fórmula, nas palavras de dois dos mais conhecidos ideólogos deste urbanismo dito de última geração é o “consenso público” ou, ainda na mesma linha do eufemismo, a “vontade conjunta”, formando a argamassa dessa construção de cidade de modo a permitir-lhe dar “um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural”.

Governantes, burocratas e urbanistas parecem convergir numa espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um plano capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização, e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.



Calatrava, Estação Oriente (acesso à Expo 98, Lisboa).

Se nos reportarmos à cidade-máquina moderna, a mudança de postura dos urbanistas não deixa de ser espantosa: quando um moderno propunha uma cidade segundo o modelo de linha de montagem fordista, tinha em mente antes de tudo a presumida racionalidade construtiva de tal processo e ficaria sinceramente chocado, como de fato ficaram (visto acreditarem que se tratava de um desvio de rota), se lhes fosse exposta a dura verdade de sua funcionalidade sistêmica por assim dizer de nascença. Hoje, o que poderia ter sido motivo de escândalo – a revelação da mercantilização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade – tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada. Hoje o urbanismo não vem para corrigir, mas para incrementar a proliferação urbana, para otimizar a competitividade das cidades, todo o vocabulário aliás é nitidamente empresarial. Trocamos a máquina de morar moderna pela máquina de crescimento atual, e não sou eu que o digo, como veremos logo a seguir.

\*

Recuando no tempo, gostaria de recapitular as grandes intervenções urbanas que estão na origem desse processo: nada mais nada menos do que as cidades-empresas americanas que surgiram nos anos 1970, na classificação de Peter Hall em *Cidades do Amanhã*, publicado em 1988. Aliás, a naturalidade com que alguns teóricos ou urbanistas encaram o arrastão empresarial provocado pelo triunfo incontestável do mercado, faz com que o fenômeno de que estamos tratando, transpareça, sem disfarces. É o caso de Peter Hall, cuja percepção desabusada nos interessa em mais de um ponto. Ele dá a entender que a cidade-empreendimento teria nascido das cinzas do consenso keynesiano, por uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos:

“Houve um momento [diz ele] na década de 1970, em que [o planejamento urbano] começou a plantar bananeira e a virar do avesso (...) O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou alto e bom som, *eram máquinas de produzir riquezas*; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor (*manager*); o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo”.

Sendo o Autor insuspeito de maiores simpatias à esquerda, não se poderia dizer melhor.

Não cabe aqui recapitular em detalhe os fatos que marcaram, nos 1970, a grande reversão dos 30 anos de expansão do pós-guerra, sem os quais, a falência da economia urbana e o colapso subsequente das cidades continuariam incompreensíveis. Qualquer que seja, no entanto, o esquema explicativo do longo descenso da economia mundial, o fato é que com o fim da Era do Crescimento, o planejamento urbano, destinado por definição a discipliná-lo, simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora, politicamente vitoriosa a partir de 1979/80. Faltava, no entanto, a fórmula salvadora que desse corpo a tamanha obsessão com o crescimento, justificado obviamente pela crença economicista no efeito *trickle down* da expansão da atividade.

Para variar, a receita veio dos Estados Unidos. E, com ela, outra palavra isca, a famigerada “revitalização urbana”, bem como seus derivados não menos famigerados: a “parceria” entre setor público e iniciativa privada, encarregada por sua vez de “alavancar” (outro neologismo ianque – *to leverage*) investimentos privados com fundos públicos (sempre segundo a descrição de Peter Hall). Lembra o Autor que o agente-chave, o catalisador de tal reviravolta, foi o empresário de Baltimore, James Rouse. A “rousificação” da América pode ser avaliada pela multiplicação das réplicas de “requalificações” (ainda uma palavra mágica da época) do Inner Harbor de Baltimore e dos esquemas equivalentes do Boston Waterfront, e do Quincy Market, também em Boston, por exemplo, ao Fisherman’s Wharf de São Francisco e por aí fora. Na avaliação – esta,

evidentemente crítica – de David Harvey: fenômenos indissociáveis da condição pós-moderna. O roteiro que adota este último é no fundo o da periodização do “espetáculo urbano”: a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social.



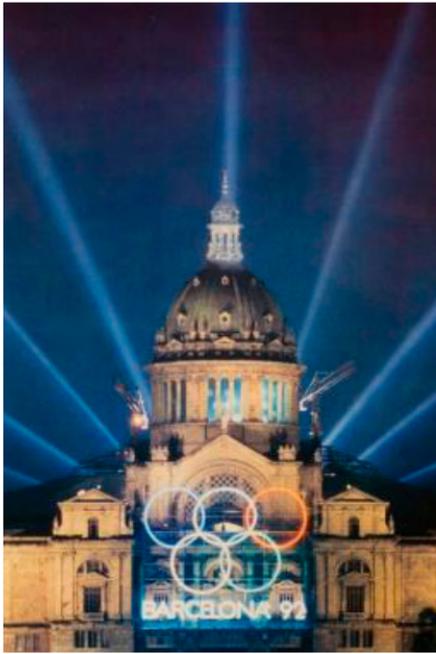
Inner Harbor, Baltimore.

Senão vejamos. Nos anos 1960, a cena das cidades americanas fora invadida por manifestações pelos direitos civis, demonstrações contra a guerra no sudeste asiático e motins de toda espécie, sobretudo nos bairros negros, sendo que boa parte do descontentamento urbano, é bom não esquecer, girava em torno dos projetos “modernos” de habitação e renovação dos equipamentos funcionais típicos, agora ameaçados por distúrbios que estavam se tornando endêmicos. Foi quando, no início dos anos 1970, toda essa movimentação acabou sendo “capturada por forças bem diferentes e empregada para fins bem distintos”. Baltimo-

re tornou-se então um instrutivo resumo desta evolução do espetáculo urbano. E aqui o ponto para o qual gostaria de chamar a atenção: a espetacularização bem conhecida de Harbor Place, para não falar nos eventos bem característicos da Feira de Baltimore, considerada pelos interessados um notável sucesso, acabou concentrando o juízo na dimensão mais desfrutável da nova receita – “a arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e *jouissance*” etc. Não sem razão, é claro, não só pela estetização bastarda mas pelo impacto nulo sobre a pobreza e demais déficits sociais. Deixando, contudo, escapar o teor da iniciativa, que é preciso lembrar, como aliás o faz Harvey, de forma breve porém precisa: neutralizar, entre outras coisas, os efeitos do assassinato de Martin Luther King em 1968, que ameaçavam a viabilidade dos investimentos – o que levou os líderes locais a procurarem um símbolo em torno do qual construir uma ideia de “cidade como comunidade” em oposição ao de cidade sitiada, como o cidadão comum encarava o centro da cidade e seus espaços públicos. Assim surgiu a Baltimore City Fair como forma de promover o redesenvolvimento urbano, celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade; o passo seguinte resultou na “comercialização institucionalizada de um espetáculo mais ou menos permanente na construção de Harbor Place”, lembrando que os próprios grupos étnicos começaram a lucrar com “a venda da etnicidade”, na falta de mercado para sua força de trabalho. Até aqui – para retomar nosso roteiro –, Harvey e o mapa geral da condição pós-moderna, igualmente realçada por Peter Hall, porém acrescida da observação de que tal criação deliberada de um palco cujo protótipo havia sido a “rousificação” de Boston e Baltimore, no

limite, a compreensão da intervenção urbana como um processo de produção de locais de sucesso, era o registro e caução espetacular de que – nas palavras do autor – “uma nova e radical elite financeira tomava efetivamente posse da cidade, liderando uma coalizão pró-crescimento que habilmente manipulou o apoio público e combinou fundos federais e privados para promover uma urbanização comercial em grande escala”.

Dito isso, restava ainda qualificar essa matriz. Não apenas identificá-la. Impossível não reconhecer nos termos de Hall – a “cidade como máquina de produzir riqueza”, “coalizão pró-crescimento” etc. – a memória muito viva de um *paper* polêmico, publicado em 1976 por Molotch, “A Cidade como Máquina de Crescimento”, retomada por extenso dez anos mais tarde (portanto um ano antes da publicação de *As Cidades do Amanhã*) num livro em coautoria com John Logan, *Urban Fortunes – The political economy of place*. Embora os roteiros acima reforcem a percepção de que a Cultura passava a ser um dado essencial na coalizão de classes e interesses responsável pela máquina urbana de crescimento, não é exatamente este o foco das análises de Molotch, mas o conjunto de condições para pôr em movimento a máquina urbana de “aumentar rendas agregadas”. No entanto – quem diria, com tanta antecedência? – lá estão indicados como ingredientes indispensáveis aos bons negócios: o “orgulho cívico” dos habitantes do lugar e o “patriotismo de massas” (retomados, literalmente, no receituário apresentado como “planejamento estratégico” no Habitat II, por Borja e Castells) – a diferença é que onde os teóricos (apologistas ou críticos) da cidade-empresa viam uma convergência rentável, os “estrategistas catalães pretendem que seja uma “articulação” concertada..., e portanto capaz de induzir uma nova onda de civilidade...



Museu Nacional de Arte da Catalunha, instalado no Palácio Nacional em Montjuic, reformado para as Olimpíadas de Barcelona.



Grande Hall do MNAC, inteiramente restaurado por Gae Aulenti, 1990.

Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista; que a exploração da propriedade do

solo não seja um fato novo, e que haja – como mostrou à exaustão Lefebvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, como estamos vendo há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias. Daí a novíssima luz retrospectiva que a redefinição da cidade-empresariamento segundo Peter Hall lança sobre a atual revisão da cidade-máquina-de crescimento formulada há quase vinte e cinco anos por Molotch. Tese elaborada a partir de uma constatação paradoxal: a cidade-negócio está ancorada numa pseudo-mercadoria, o solo, um outro nome para a natureza, que aliás não foi produzida pelo homem, muito menos para ser vendida num mercado. A “tese” em questão nada mais é, portanto, do que uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito básico e insolúvel. À primeira vista, uma história tipicamente americana, pois em nenhuma região do mundo o solo foi considerado tão indiscutivelmente o alvo primordial da especulação capitalista. E, no entanto, o modelo parece ter se alastrado mundo afora.

Em duas palavras, a ideia de cidade como *growth machine* pode ser assim resumida: coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em

que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A *fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesmo de toda localização – torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. Com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como “globalização”, o modelo máquina-de-crescimento generalizou-se sob pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, na verdade atendendo aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica dos negócios, a ponto de converter num dado natural a convicção de que as cidades devem ser geridas não só “like business”, mas antes “for business” (ainda segundo Molotch).

Portanto, não há injustiça em reprisar: o famoso pacote catalão de estratégias urbanas que as cidades brasileiras (e não só elas) vem comprando tem muito de requentado. Ou por outra, tudo se passa como se a transnacionalização produtiva e financeira, ao contrário do que se poderia prever, em função do acentuado localismo das máquinas

urbanas de crescimento, acabasse conferindo – justamente devido ao redirecionamento dos Estados Nacionais, cada vez mais socialmente esvaziados e deslegitimados, no rumo de uma simbiose ainda mais estreita com o mundo dos negócios a serem publicamente (e acintosamente) “alavancados” – uma segunda juventude cosmopolita às parciais coalizões urbanas pró-crescimento.

Evidentemente, é quase supérfluo dizer quem ganha e quem perde, ou seja, quais os primeiros a rebaixar os seus próprios padrões de qualidade civil. Não é necessária muita pesquisa – aliás abundante no livro de Molotch e Logan – para concluir que todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica numa transferência de riqueza e chances de vida, do público em geral para os grupos rentistas e seus associados. No caso, mais aparatoso e quase consensual, por exemplo, da Cultura (quem seria contra tal aprimoramento coletivo?) não é menos evidente essa troca desigual – como constata Molotch: “o processo de construção da cidade distribui es-culturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar, e gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas”. Portanto, trata-se claramente de uma estratégia autodestrutiva, e mesmo assim a corrida rumo ao desastre continua, como é próprio da natureza de um sistema que hierarquiza e estratifica, porque o seu desenvolvimento não pode deixar de ser desigual – enfim, cidades mundiais demandam longos ciclos históricos de polarização sistêmica, não foram geradas por pacotes de vantagens competitivas planejadas em agências de consultoria.

Dá assim para imaginar a força avassaladora dessa

máquina urbana de propaganda, ainda mais se dispõe de meios para chantagear com a sempre invocada geração iminente de empregos. Aqui, novamente, o lugar da união simbiótica entre *rentiers*, planejadores urbanos e intermediários culturais na construção de “consensos” cívicos. No centro, para variar, a Cultura, cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável. Assim, curadores de museus precisam demonstrar que suas instituições (ou melhor, organizações) atraem multidões que multiplicam os negócios, dos *gadgets* de toda ordem às exposições *blockbuster* – de preferência, como até Molotch repara, “*anything Cézanne*”; o mesmo para universidades, cuja sobrevivência institucional depende cada vez mais de sua atitude cooperativa diante do mundo dos negócios etc. Enfim, não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que aliás já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela Máquina de Crescimento, mas sobretudo a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos “lugares” da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*. Nestas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chaves desta máquina, reunindo num só personagem o *manager* (o planejador-empreendedor identificado por Peter Hall) e o “intermediário cultural” – fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem,

ao mesmo tempo intermediário e empresário cultural, no qual Mike Featherstone por sua vez reconheceu um dos principais agentes da *gentrification*. (não posso aqui me deter na caracterização desse processo, mas gostaria de lembrar o quanto original em inglês – *gentry* – deixa seu caráter de classe vexatoriamente a descoberto.)



Dominique Perrault, Biblioteca Nacional de Paris, 1995.  
(Parte do processo de reurbanização de Paris-Leste junto a Gare d'Austerlitz).

\*

Por essas e outras considerações, quando se fala hoje em dia, a torto e a direito, em “fazer cidade”, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato “faz a cidade”? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, como lembrado aliás pelo próprio Prof. Prigge, no início de sua fala, as grandes empresas,

com as mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda a parte, ou melhor, sem contar os simulacros na periferia, as mesmas *landscapes of power* descritas por Sharon Zukin em cidades globais como Nova York e Londres: não há nada de surpreendente nisso, pois o redesenvolvimento das áreas centrais nas duas cidades não por acaso caíram nas mãos das mesmas instituições financeiras, das mesmas megaincorporadoras, dos mesmos escritórios do *star system*, que por seu turno preparam o terreno por encomenda das matrizes multinacionais de sempre. E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram.

Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que está nos interessando demarcar, quanto à esta última guinada urbanística: um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência antiprodutivista cuja gênese remontaria aos movimentos dos anos 1960. Nada a ver, portanto, com o que se entendia por cultura no ciclo histórico anterior, o breve interregno da Era do Crescimen-

to do segundo pós-guerra, para não falar é claro naquela velha esfera autônoma e transcendente da extinta Idade Liberal-burguesa.



Richard Rogers, Lloyd's Bank, City de Londres, 1984.

Deu-se assim uma metamorfose do “cultural”, cujo pós-materialismo, a princípio reativo, foi se tornando proativo, para não dizer cooperativo, à medida que se estetizava e se concentrava nos valores expressivos de uma ordem social que alegava a seu favor haver destronado o primado das relações de produção em nome das relações de “sedução”, como foi saudada a Era do Vazio que se iniciava. Se estou certa, nem foi preciso esperar pelas grandes desregulações do período seguinte, a começar pela flexibilização da rigidez fordista, para apressar a mutação indolor do libertário-cultural, empenhado na recuperação da riqueza simbólica das formas urbanas (na formula-

ção de Leon Krier), no embrião dos futuros semeadores de iscas culturais para o capital – para os quais a monotonia funcional do Modernismo com certeza criara uma forte demanda reprimida.

Na verdade, se tudo parece ter começado nos Estados Unidos, ao atravessar o Atlântico, a máquina de crescimento foi azeitada, especialmente no que diz respeito à ênfase superlativa na Cultura e à convergência glamourosa entre *high culture* e *big business*. Desta junção nascia o mito bifronte da cidade-colagem-grande-projeto, e da qual a Paris de Mitterand será o exemplo máximo e seguramente o ponto de inflexão. Estava tudo lá, naquelas providências de regulação flexível do urbano, da ampliação da indústria cultural que incorporava a cultura dos museus e suas adjacências *highbrow* ao capitalismo de imagens, da nobilitação arquitetônica do mundo dos negócios à correspondente mitologia urbanizadora do terciário avançado, sem a qual não se pode aspirar ao *status* de cidade global.

Depois de Paris, passando por Barcelona até o megaevento – a nova capital da Alemanha unificada – que está na origem da reconstrução de Berlim, um sem número de cidades não farão senão aplicar a fórmula da cidade-empresa-cultural com a qual, por nosso turno, sonhamos, de preferência “alavancada” por algum tipo de evento (para retomar o registro do Prof. Prigge), como uma Olimpíada, ou algo do gênero, possivelmente contando com os marcos imaginários (como o *taler* de Kant, moeda virtual, só conceito...) que as legiões de turistas alemães, motivados pela patética apresentação do Brasil em Hannover, deixarão cair nos nossos cofres, em troca de café, cachaça e carnaval. É bom dizer que tal situação grotesca de país à

venda (pelos seus próprios governantes e predadores associados) não tem nada a ver com os alemães... É claro que para tais negócios sempre fomos cronicamente viáveis.



Feira Internacional de Hannover, 2000.  
(Teleférico e, ao fundo, detalhe do Pavilhão da Holanda de MVRDV).

## II

### **BERLIM, BARCELONA, DUAS IMAGENS ESTRATÉGICAS**



# Berlim, Barcelona, duas imagens estratégicas\*

## Cidades Ocasionais



Hotel Arts e Torre MAPFRE entre a Cidade Olímpica e o Porto Olímpico, Barcelona, 1992.

\* Entrevista à revista eletrônica Vitruvius de outubro de 2012, concedida à Adalberto da Silva Retto Jr., com colaboração de Geise Brizoti Pasquotto. Embora destinada à Vitruvius, de acordo com os entrevistadores, a estrutura da conversa foi elaborada visando se tornar subsídio didático para o curso internacional de extensão universitária denominado “A dimensão paisagística no projeto da cidade contemporânea: um itinerário de estudo nas cidades de Berlim, Barcelona e Atenas”. Mantivemos os tópicos e os temas das ilustrações definidos pelos editores.

*Em seu último livro, sobre Berlim e Barcelona, ambas as cidades emergem como duas “imagens estratégicas” para a compreensão das transformações urbanas ocorridas nas últimas décadas do século 20. Nas capitais em consideração, como em outras, experimentou-se nos anos de 1980 novas modalidades de intervenção pública, com variadas formas de colaboração entre administradores e entes privados. Um confronto, entre as mesmas, evidencia peculiaridades no “governo das transformações”: a lógica do processo e os tipos de atores da transformação. A Sra. pode precisar alguns destes pontos comuns ou diferenças, nos casos específicos analisados no livro? Acrescento a pergunta: são “as ocasiões” (grandes eventos, apud Indovina, citado em vários momentos pela Sra.), que determinam as mudanças das e nas cidades? Ou as oportunidades de partes da cidade, que definem como e onde deve ser mudado? Como isto se deu nestas duas cidades?*

Na verdade, o que há de certo é que ambas as cidades saíram de décadas de opressão, quando as transformações que analisei ocorreram, e o objetivo destas, tanto numa como na outra, foi, em grande parte, restaurar a autoestima de seus habitantes, que lhes seria devolvida pela superfície refletora dos Grandes Projetos, mesmo que às custas de um redesenho socioeconômico de efeitos bastante contraditórios. São tais contradições que tento trazer à tona no livro que você menciona, e que se devem sobretudo a uma lógica semelhante de empresariamento das cidades ou de adoção de uma estratégia que visava a transformação de ambas em cidades globais, em atrair grandes investimentos da iniciativa privada, em especial no sentido de transformar sua imagem numa “marca” competitiva em plano internacio-

nal, inclusive fazendo da cultura – grandes eventos ou equipamentos culturais, mas também a própria arquitetura a ser exibida – um fator essencial para ativar suas respectivas “máquinas de crescimento”, nas quais o turismo seria igualmente um dos motores importantes. Para tanto Barcelona adotava, já no período pré-olímpico, o Planejamento Estratégico (em 1989 – casualmente no mesmo ano da Queda do Muro); em Berlim, de seu lado, mesmo que não houvesse um tal Plano (ao menos no sentido estrito em que vinha sendo empregado pelos urbanistas), no entanto a fórmula adotada era muito semelhante: não faltava nenhum dos ingredientes do Planejamento Estratégico, ou daquele modo de “fazer cidade”. É claro que na escala gigantesca de uma capital com ambições bem mais do que europeias: “megaprojetos emblemáticos; urbanismo acintosamente corporativo, nenhuma marca global ausente; gentrificações se alastrando por todo o canto; exibicionismo arquitetônico em grande estilo; parques museográficos; salas de espetáculos agrupadas em complexos multiservice de aparato – e muita, muita ‘animação cultural’ disponível para 24 horas de consumo” (como já havia escrito num ensaio anterior). Evidentemente as Grandes Obras são distintas no caso de uma Olimpíada ou de uma cidade reunificada após anos murada e semeada por vazios deixados pela Guerra, enquanto na primeira, as áreas degradadas se deviam em grande parte ao processo de desindustrialização e, conseqüentemente, desativação parcial da área portuária, lembrando que Barcelona é uma cidade marítima e a urbanização da orla não é evidentemente da mesma natureza de um *Mitte* deteriorado pela cisão que o inviabilizava. Em contrapartida, ambas convergiam na necessidade de preservar os assim chamados valores culturais e o patrimônio arquitetônico, e ao mesmo tempo, fazê-los conviver com o novo. Ou seja, com uma arquitetura que

rompesse com padrões e gabaritos pré-fixados – no caso de Barcelona, ao menos no início, com menos “ousadia” e em grande parte com projetos de arquitetos catalães, já Berlim estreou com mais de 300 escritórios em ação, especialmente de estrangeiros, e com uma arquitetura “de ponta” – o primeiro e mais chamativo exemplo foi justamente Potsdamer Platz, que analiso.



Potsdamer Platz, projeto urbano de Renzo Piano, Berlim, 2000.

Ambas as cidades, no entanto, proclamando uma mistura arquitetônica e social que, no entanto, cedeu lugar aos interesses rentistas e onde a especulação imobiliária, desde o início, foi determinante em relação ao redesenho socioespacial, gerando igualmente, nas duas, processos de nítida gentrificação. Portanto, diferenças à parte, especialmente o fato único de uma cidade candidata à capital, depois de anos de isolamento, tanto em Barcelona, quanto em Berlim, as grandes empresas e os grandes negócios parece-me terem dominado a cena, sendo utilizadas tam-

bém, de forma muito explícita, nas duas cidades, iscas culturais, do patrimônio preservado ou restaurado, como acabei de mencionar, aos novos equipamentos culturais.

Passo então ao seu segundo ponto: se as mudanças são consequência das ocasiões – ou seja, produzidas pelos grandes eventos – ou ao contrário, é o potencial de partes destas cidades que determinam as mudanças. Creio que ocorrem as duas coisas e, em muitos casos, são até interdependentes, ou seja: buscam-se pretextos (ocasiões), para se “desenvolver”, nas cidades-sedes, mudanças (nas suas configurações urbanas ou sociais) em pontos estratégicos – em geral áreas ou degradadas fisicamente ou extremamente pobres (características no mais das vezes coincidentes), e, portanto, propícias às famigeradas “requalificações”.

## Arquitetura e consultorias internacionais



Edifício infraestrutura, Rio de Janeiro, 1929. Le Corbusier.

No início do século 20 temos uma intensa circulação de ideias, modelos e profissionais, do mesmo modo, a partir dos anos 1980, afirma-se outro fluxo de arquitetos e urbanistas que trabalharam como consultores, tomando como referência cidades como Barcelona, entre outras. Do ponto de vista profissional, do Urbanismo Moderno ao Planejamento Estratégico, o que foi alterado?

Acho que não podemos generalizar o que ocorreu especificamente com Le Corbusier, a partir dos anos 1920, chamado por vários governos para realizar projetos arquitetônicos ou urbanísticos, ou mesmo assessorar arquitetos locais, como foi o caso, no Brasil, na década de 1930. Arquiteto de projeção internacional, com muitos textos-manifestos publicados e figura de proa dos CIAMs, teve, realmente, um papel muito importante na difusão da arquitetura moderna, tendo sido um dos autores da plataforma da cidade funcional (ou das suas versões, sendo a mais difundida a de 1933). Além disto, a política de tabula rasa que propunha e de modelos urbanos padronizados (como no Plan Voisin) só podiam ser cogitados por governos fortes, em geral do terceiro mundo, por assim dizer predispostas a correr os riscos de tais intervenções drásticas, ou, em pleno auge de expansão capitalista, como os Estados Unidos. Poucos deles aliás executados, mas que deixaram discípulos pelo caminho – a nossa AM certamente não teria sido o que foi se não fossem as passagens do arquiteto franco-suíço por aqui. De outro lado, é preciso pensar nas lições dos mestres da Bauhaus. Muitos deles, e a própria escola, com a ascensão do nazismo, acabaram migrando para os Estados Unidos. Ali construíram e deixaram um padrão de arquitetura que logo se tornaria o chamado Es-

tilo Internacional, mais adiante exportado por seus anfitriões como se fosse expressão americana genuína, sendo o exemplo máximo Mies Van der Rohe, não por acaso com o famoso Seagram's. Foi quando a arquitetura de aço e vidro passou a dominar os grandes centros empresariais mundo afora. No que tange o urbanismo, intervenções a la Robert Moses, também fizeram escola –, mas aí, a responsabilidade não será mais tão diretamente dos mestres ou das lições dos CIAMs. Dos anos 1920 aos 1950 tivemos um período indiscutivelmente dominado, no plano das ideias arquitetônicas e urbanísticas, pelos Modernos. Creio ser desnecessário recapitular a pauta de uma arquitetura que se pretendia maximamente racional e cujo ideal construtivo estava totalmente sintonizado com o seu tempo – o de uma utopia técnica do trabalho, e que, uma vez destroçada, foi dando lugar a um formalismo extremado que logo se exauriu, sendo substituído por outras expectativas mais adequadas às novas formas de produção capitalista do espaço, na origem de novas concepções de arquitetura e de urbanismo.

Deixando de lado o período de transição, especialmente nos anos 1960/1970, pulo para o Planejamento Estratégico, resultado de uma concepção de cidade-empresa, ou ainda, de cidade como “máquina de crescimento”. Em primeiro lugar, nada a ver com a circulação dos Modernos e de suas ideias – a convite ou forçados –, com os escritórios de consultoria criados a partir do momento em que as cidades começaram a ser concebidas como empresas a serem otimizadas. Utilizando minha comparação no texto de abertura do livro citado no início por você sobre Berlim e Barcelona – “Gentrificação estratégica” –, se nos reportarmos à cidade-máquina moderna, a mudança de postura dos gestores urbanos e dos próprios urbanistas não

deixa de ser espantosa: quando um moderno propunha uma cidade segundo o modelo de linha de montagem fordista, tinha em mente antes de tudo a presumida racionalidade construtiva de tal processo e ficaria sinceramente chocado se lhes fosse exposta a dura verdade de sua funcionalidade sistêmica por assim dizer de nascença. Hoje, o que poderia ter sido motivo de escândalo – a revelação da mercantilização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade – tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada. Atualmente o urbanismo não vem mais para corrigir, mas para incrementar a proliferação urbana, para otimizar a competitividade das cidades, todo o vocabulário aliás é nitidamente empresarial. E se trata não apenas de gestão urbana like *business*, mas *for business*. Na origem desta virada, “as cidades-empresas” americanas dos anos 1970 (na denominação de Peter Hall, em *Cidades do amanhã*, de 1988), ou seja, os processos urbanísticos adotados de início por James Rouse em Baltimore, de cuja cidade era prefeito, e logo em outras muitas cidades americanas – não esqueçamos que é também o exemplo adotado por Harvey para diagnosticar esta inflexão em *Condição pós-moderna*, só que pondo a ênfase na espetacularização urbana, essencial aliás, neste processo de valorização das cidades. Lembro também que a prefeitura de Barcelona – que nos concerne mais de perto – mantinha intercâmbio com Rouse desde ao menos 1982 e o chamou como assessor na fase pré-olímpica, em 1989, especialmente para a transformação de seu maior projeto e vitrine à época – o *Moll de la Fusta* (o porto antigo) –, chegando a contratar a sua empresa para levá-la a efeito.



Operação Urbana Eixo Tamanduatehy, Santo André, 2007.

Em síntese, nas palavras de Hall, o que vemos acontecer é uma nova elite financeira tomando efetivamente posse das cidades, liderando uma coalizão pró-crescimento que habilmente manipula o apoio público e combina fundos públicos e privados com a finalidade de promover uma urbanização comercial em grande escala. Ou ainda, como definiram John Logan e Harvey Molotch (já em 1976 e exposto por extenso em 1987) a cidade, enquanto *growth machine*, resulta da coalizão da elite, centrada na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, com o intuito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. O apoio da população, no afã de se projetar e consequentemente competir pelos investimentos em plano internacional, é um elemento importantíssimo e bastante reivindicado pelos catalães ao dar forma ao “planejamento estratégico” de exportação (apresentado no Habitat de 1996). A *fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesmo de toda “localização” – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de

soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, os promotores culturais, as empresas esportivas etc. sem deixar de mencionar, claro, os próprios arquitetos e planejadores urbanos (que “de guarda caça se transformavam em caçadores furtivos” – Peter Hall – ou nem tão furtivos..., podemos dizer, passados mais de 20 anos).

## Entre Tradição e Modernidade



Álvaro Siza, Edifício em Kreuzberg para o IBA 1987 ao lado de prédios restaurados.

*O interesse particular nas intervenções urbanas realizadas em Berlim, nas últimas duas décadas do século*

XX, além dos resultados particulares obtidos, fundou-se, parece-me, na investigação teórico-disciplinar, que coloca dentro da discussão o problema da forma como uma questão de arquitetura, e da memória histórica, como instrumento para sua definição. A questão central do debate arquitetônico torna-se, assim, o tema da memória como ferramenta de projeto: entre nostalgia do passado e homenagem ao moderno, entre continuidade e renovação e da pesquisa das raízes históricas à ambiciosa busca por uma “Nova Berlim”. Nesse cenário, quais são as diferenças das transformações, findadas em Barcelona e Berlim, quanto a este quesito particular?

Começemos pelo exemplo de Berlim, visto que é nele que você se detém. Em primeiro lugar, temos que recuar um pouco no tempo. Se no pós-guerra a reconstrução de Berlim se deu a toque de caixa e sob a ação dos bulldozers, que mais destruíram do que na própria guerra, e por empreiteiros estimulados pelos incentivos estatais, sem nenhuma preocupação arquitetônica muito menos de preservação ou restauração, embora tenham restado alguns nichos de construções mais antigas (como Kreuzberg, no lado ocidental, e vários outros no lado oriental), várias iniciativas posteriores procuraram corrigir esta imagem de uma Berlim tão feia quanto cinzenta, trazendo uma arquitetura mais *up to date* e digna deste nome, como a criação do bairro Hansa na Interbau de 1957, do qual participaram arquitetos do mundo inteiro (entre eles, o nosso Oscar Niemeyer), ou a construção de algo como um centro de *high culture*, que passaria a ser um símbolo da Berlim ocidental: a Galeria Nacional, projetada por Mies Van der Rohe, compondo com o conjunto, formado pela Sala da

Filarmônica e a Biblioteca – obra de outro alemão, Hans Sharoun –, algo assim como um Mix-Event-Mall (todas, iniciativas dos anos 1960). Novamente um surto de renovação vai ocorrer com a Interbau (IBA) de 1987, que trouxe, desde o final dos anos 1970, inúmeros arquitetos de projeção internacional (já em plena voga pós-moderna: Vittorio Gregotti, Aldo Rossi, Hans Hollein, Léon Krier, Peter Eisenman, Carlo Aymonino, Paolo Portoghesi, Rem Koolhaas e vários outros) para projetar edifícios, especialmente residenciais, em vazios mais ou menos centrais da cidade. Mas, ao mesmo tempo, seguindo as novas palavras de ordem preservacionistas e contextualistas, e cedendo a pressões sociais e políticas, visto que a cidade se dualizava de uma maneira muito evidente (e aqui estou me referindo obviamente à Berlim ocidental, objeto das iniciativas do IBA), fez parte deste grande projeto de *aggiornamento* berlinense a restauração de um bairro caído no esquecimento, totalmente deteriorado, *squaterizado* por parte de imigrantes, artistas e estudantes, Kreuzberg. Esta grande recuperação *step by step*, com interiorização dos quarteirões, disponibilizando serviços para os que aí habitariam, eventualmente reconstruindo partes demolidas, seja com a participação dos moradores, muitos deles artistas, seja de arquitetos convidados, mas que se submetiam ao entorno e discutiam com usuários, que formaram um conselho local, transformou-se num modelo para muitas outras cidades, mas especialmente para a recuperação do resto de Berlim após a queda do muro. Talvez menos democrática, semelhante apenas na forma, é o que se pode ver hoje: uma postura bastante preservacionista, como no velho Mitte, por exemplo Hakesche Höfe, ou no bairro de Prenzlauerberg, e outros mais (os efeitos gentrificadores são inegáveis, apesar

da propalada mistura social daí decorrente, mas não vou discuti-los aqui). Ao mesmo tempo, após a unificação, com vistas a voltar a ser a capital da Alemanha, muitíssimas novas construções foram realizadas, como já mencionei, mais de 300 grandes escritórios de arquitetura aí se instalaram, só que agora, à diferença do IBA, para realizar grandes projetos, como Potsdamer Platz (Renzo Piano, Richard Rogers, Helmut Jahn, Hans Kollhoff, Rafael Moneo etc.), Grandes Magazines, como a Galeria Lafayette (Jean Nouvel), restauração de prédios monumentais (por vezes com intervenção também de arquitetos do *star system*, como Norman Foster no Bundestag), museus antigos e novos, e assim por diante. Enfim, toda uma arquitetura vistosa que desse a Berlim a imagem e correspondente *status* de capital e, quem sabe, de mais uma *World City*, possivelmente de uma capital cultural da Europa.



Hackescher Markt, no velho Mitte de Berlim, restaurado por Götz Bellmann e Walter Böhm, 1996-98.

A história de Barcelona é de outra ordem, embora uma grande empreitada de recuperação urbana tenha se iniciado quase contemporaneamente, após o fim da ditadura, coincidindo também com um processo muito rápido de desindustrialização, com enormes áreas degradadas ou esvaziadas. Era necessário transformar a velha Manchester europeia num grande centro de “serviços”, com especial enfoque no turismo. Iniciou-se com intervenções pretensamente “modestas” e dentro do espírito que comandou a restauração de Kreuzberg, mas, “alavancada” pelas Olimpíadas de 1992, logo áreas inteiras foram reconstruídas, de forma já não tão modesta...: reurbanização da orla, com uma progressiva privatização da mesma, grandes hotéis, a Vila Olímpica (embora projetada por catalães, de arquitetura diferenciada), museus (com destaque para o MACBA de Richard Meyer em pleno bairro antigo do Raval), teatros, e assim por diante. Se a área urbana desenhada por Idelfonso Cerdá e as amostras de arquitetura “modernista” (Gaudí acima de tudo) ficaram quase intactas, o mesmo não ocorreu com os bairros antigos e com as áreas mais populares, de velhas fábricas e residências de operários, como Poble Nou (onde foi construída a Vila Olímpica e, mais recentemente o distrito 22@, um *cluster* que se pretende de alta tecnologia, na verdade povoado de torres no estilo mais *up to date* dos grandes centros empresariais).



Distrito 22@, Barcelona. O bairro fabril de Poble Nou vai se transformando em bairro empresarial.

Embora abrigasse o maior conjunto urbano medieval até então preservado e muitas destas edificações fossem mantidas e restauradas neste período de reconstrução pós-Franco, muitas foram destruídas para dar lugar a Ramblas, praças, Centros Culturais, Universidade etc. Tais intervenções representaram por vezes interferências de grande porte, com a alegação de “humanizar” áreas extremamente adensadas. Onde não havia lugar para o convívio, criaram-se “respiradores” à custa de eliminação de moradias, muitas vezes de quarteirões inteiros e isto num crescendo, como ocorrerá alguns anos mais tarde com a abertura da Rambla no coração do Raval, com seus 18.300 m<sup>2</sup>, resultante da demolição de 62 edifícios, sem contar os outros 50, contíguos à Rambla, demolidos para dar origem a um *plateau* que deve reunir um hotel 4 estrelas, projeto de Per Puig (já concluído), associado a um conjunto múltiplo, de habitação, comércio, garagens subterrâneas e, como não poderia deixar de ser, uma ins-

talação cultural, a Filмотeca Nacional – região que até hoje está provocando deslocamentos ou troca de populações e atividades, num redesenho físico e social da região. É verdade que o festival de arquitetura do *star system*, seguindo o modelo das Cyties mundo afora, se deu especialmente a partir do final do século passado, mas sem a monumentalidade dos prédios que compõem a capital alemã. Se há diferenças na busca das raízes históricas, entre Barcelona e Berlim, ou mesmo na pretensão desta última de ser um grande centro mundial carregado de tradições (por vezes sombrias, diga-se de passagem), não esqueçamos que, guardadas as proporções, a Catalunha também procura afirmar sua identidade diante do mundo e a salvo do domínio espanhol!

## Arquitetura da Cidade



Edifício residencial em Kochstrasse/Friedrichstrasse para o IBA 1987, Berlim. Aldo Rossi.

Aldo Rossi, com o livro *Arquitetura da cidade* (1966, ed. alemã, 1973), coloca as bases de uma teoria urbana que entende a cidade como arquitetura, uma estrutura espacial no seu conjunto, no qual a divisão do solo, com os seus “lugares” ou “fatos primários” em sua origem e determinando sua evolução e configuração, representa a imagem da longa história da forma urbana. As posições de Rossi, as planimetrias de Colin Rowe e Fred Koetter (além das análises de Jane Jacobs, Kevin Lynch e Robert Venturi), foram discutidas em Barcelona, assim como em Berlim. Em Berlim, por razões históricas e políticas, essa discussão chegou com quase vinte anos de atraso e somente no final dos anos de 1970, que os arquitetos se tornaram sensíveis ao contexto histórico da cidade, à sua história e à sua conservação. Como analisar esse descompasso interno na Europa?

É verdade que em quase toda a Europa as teorias do Rossi, aliás, de todo o grupo ligado a Giuseppe Samoná e à Escola de Veneza, tiveram muita repercussão, e que Bolonha dos anos 1960 foi a Meca dos arquitetos e urbanistas em busca de alternativas para a tabula rasa dos modernos. Assim, a revalorização da arquitetura tradicional, preservação dos monumentos etc. (os vários contextualismos: dos italianos citados, de Bernard Huet na França, de Oriol Bohigas e seu grupo na Espanha – que aliás chegam a se constituir num grupo denominado *Tendenza*), a concepção de cidade como uma superposição arqueológica de fases históricas (Rowe & Koetter), o urbanismo na escala humana (Jacobs) ou a valorização da arquitetura “comum” (Venturi), é o que dá o tom ao debate daquele período: anos 1960-1980. Aos poucos o pós-modernismo vai trazendo a arquitetura para um primeiro plano, marcan-

do a revanche dos arquitetos sobre os urbanistas e, banindo do seu receituário o lema da “modéstia” (Huet), dará espaço a obras singulares, devidamente assinadas, e cada vez mais extravagantes sobrepondo-se assim a uma visão mais geral da cidade, e, especialmente, de sua história, suas tipologias arquitetônicas, morfologias urbanas etc. (tão presentes no debate anterior) – em vez de “criar no “criado”, simplesmente “criar”, ou melhor, “inventar” – é o triunfo da “diferença exacerbada” (Koolhaas), do raro, do espetacular, das imagens feéricas, que por sua vez vão servir ao *marketing* urbano, e assim por diante.



Sonycenter em Potsdamer Platz, Berlim, 2000. Helmut Jahn.

Pode-se dizer que Berlim e Barcelona passaram por ambas as fases, ou combinaram as duas, como se pode deduzir do exposto nas respostas anteriores. Se o debate começou antes em Barcelona, não posso assegurar, mas as lições só foram tiradas a partir dos anos 1980, de forma que não se pode dizer que Berlim, com sua política de pre-

servação de Kreuzberg, tenha chegado com atraso. Aliás, a combinação das duas estratégias talvez se dê até hoje em ambas e a bem dizer foi adotada concomitantemente. Volto a um ponto nevrálgico de um antigo argumento, a saber, a convergência de fundo entre duas tendências que se pretendiam contrapostas: a dos contextualistas e dos empreendedores – convergência objetiva que se expressa na cidade-empresa-cultural, da qual Barcelona e Berlim são bons exemplos.

## Museus, Exposições Universais e Congressos Internacionais



Altes Museum, Berlim, 1928. Karl Friedrich Schinkel.

Três fenômenos de grande amplitude, intimamente ligados, marcaram a afirmação e expansão da sociedade industrial, do século 19 ao início do século 20: a proliferação de museus, as exposições universais e os

congressos internacionais. É plausível, portanto, fazer uma comparação com os acontecimentos atuais incluindo a área do urbanismo, apesar de uma clara diferença na escala e problemática das intervenções. Quais são as permanências e rupturas mais evidentes nesse paralelo?

Talvez possamos dizer que estava de um certo modo tudo lá, desde o início, pois tais iniciativas, no campo da cultura, do entretenimento e do turismo, estão ligadas, como você mesmo lembra, à expansão da sociedade industrial e acompanham suas diferentes etapas, tanto quanto a concomitante formação de uma sociedade de mercado.

Como se pode comprovar, no que concerne o primeiro caso de proliferação citado por você: os museus. Se a arte não é uma mercadoria, ela é entretanto algo que se pode expor no mercado e ser avaliada em função da demanda, como qualquer mercadoria. E não é por acaso que o aparecimento dos primeiros museus públicos no século 18 – o British Museum (1754) e o Louvre, como Museu da República (1793), deu-se simultaneamente ao das primeiras casas de leilão na Inglaterra e dos Salões de Arte na França. É quando começa a ascensão de uma burguesia que não só passa a ter acesso à cultura, como se constitui numa classe que a reivindica como proprietária, que a vê portanto como um bem de consumo, dando origem aos ditos *collectors* ou *amateurs*, sem esquecer dos “intermediários culturais” *avant la lettre*, os críticos de arte (um exemplo clássico são os “Salões” de Diderot, seguido, no século 19, por Baudelaire e uma sucessão de *salonniers*). Dito isso, não se pode desconhecer o fato de que a expansão dos museus pela Europa (e posteriormente pelos Estados Unidos) se deve também a um genuíno impulso político “democra-

tizante”, oriundo da Revolução Francesa. Ao que logo se acrescentou, no entanto, associado ao empenho de afirmação cultural local, um concomitante gesto imperial de exibir como um triunfo cultural os despojos da acelerada expansão colonial subsequente. O conjunto embalado no mesmo pacote de celebração da Grande Arte. Mais para o último quarto de século (19), surgem os primeiros grandes *marchands* – não custa mencionar o mais conhecido de todos, Durand Ruel, responsável pela valorização dos Impressionistas, abarrotando com suas telas os museus e as coleções americanas. Igualmente, e não menos decisivos, os “curadores”. Uns e outros tiveram um papel importante na definição dos parâmetros da história moderna da arte, lembro, a título de exemplo, Alois Riegl, curador de tapeçarias no Museu de Viena que forjou o polêmico conceito de *Kunstwollen*, ou “vontade das formas” de um determinado período histórico, atribuindo portanto, a mesma importância, por assim dizer, aos objetos considerados artísticos quanto àqueles da vida quotidiana, desconsiderados de um ponto vista pretensamente estético. Mas fui me afastando do foco de sua pergunta. Na verdade – voltando e reforçando meu argumento – a relação arte-mercado tem muito a ver com os museus, são eles os grandes “avalistas”, eles é que fazem ou desfazem reputações. Há mais de dois séculos que a nossa relação com as obras de arte é indiscutivelmente “filtrada” pelos museus. Não por acaso as vanguardas, no início do século 20, como acontecerá novamente com as néo-vanguardas dos anos 1960, vão sistematicamente questionar a Instituição Museu, rompendo, por vezes ruidosamente, com os padrões estéticos estabelecidos. Embora boa parte delas, mesmo em suas manifestações mais irreverentes, acabem sendo recuperadas pelos museus, como mais um “botim”, e, por-

tanto, igualmente incluídas no rol das mostras oficiais e das obras cotados em bolsa.



Richard Meyer, Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, 1995.

Já os Novos Museus, ditos Pós-Modernos (dando um salto no tempo), se transformaram numa das manifestações mais visíveis da lógica cultural capitalista em regime de acumulação flexível – cenários de uma vida pública inexistente porém alimentando uma sorte de estilo (altamente “produzido” aliás) estético-hedonista de consumo da vida ideológica e material nestes últimos trinta anos. “Estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercantilização de todas as formas culturais” (David Harvey) – lugar privilegiado de convívio das diferenças, segundo pretendem autores os mais díspares. Na verdade, um processo de mão dupla, em que à desestetização crescente da arte corresponde uma

estetização da vida, sendo a nova “cultura dos museus”, como bem constatou Christa Bürger, uma das expressões mais enfáticas desse processo de estetização. Ao contrário dos Museus Modernos, ainda projetados com intenções didáticas, ou mesmo, já nos 1970 (como o Beaubourg), vindo responder em parte às demandas pós maio de 1968 por democratização da cultura, a partir dos anos 1980, os museus optarão claramente por represar e desviar esse didatismo em favor de uma atitude crescentemente hedonista, a seu ver, requerida pela sociedade de consumo. Estetização aliás presente, em primeiro lugar, onde é mais escancaradamente visível, na própria arquitetura dos museus, arquitetura que cada vez mais se apresenta como um valor em si mesmo, como uma obra de arte, como algo a ser apreciado como tal e não apenas como uma construção destinada a abrigar obras de arte.

Em consequência, reina atualmente uma grande animação no domínio tradicionalmente austero e introvertido dos museus. Entramos neles como num *show-room* de variedades com cenários espetaculares, sem falar nas demais atrações: atualmente, quem visita os museus dispõe de amplos espaços para a mais desenvolvida *flânerie*, abrigo jardins, passarelas, terraços e janelas que trazem a cidade para dentro do museu – ao mesmo tempo ponto de vista privilegiado sobre o mundo exterior e vida pública em circuito fechado, que conta também com cafeterias, restaurantes, ao lado de ateliês, salas de projeção ou de concertos, livrarias etc. As longas filas que se formam à entrada dessas novas “casas de cultura” nem sempre se devem ao antigo amor à arte, concentrada no acervo do museu, mas a essas múltiplas atrações. Sem contar o sucesso de marketing das Grandes Exposições itinerantes. Portanto: de abrigo das obras a cenários de atividades

mundanas – até o mundo *fashion* invadindo os próprios museus: eventos oficiais, grandes Mostras, desfiles de moda, bailes de máscara etc. –, é a própria arquitetura que se altera, transformando-se num atrativo a mais, senão o principal. Como já se disse à exaustão: não é mais tão óbvia a diferença entre museus, antes vistos como templos da cultura (as catedrais do século 20, como ainda as designava André Malraux, há meio século) e *shopping-centers*. Como declara aliás, sem meias palavras James Stirling – o arquiteto responsável pelas ampliações da *Neue Staatsgalerie* de Stuttgart e da antiga *Tate Gallery* de Londres: se os museus são hoje em dia lugares de recreação, e as exposições apresentam uma inegável dimensão mercantil, por que tanto escrúpulo, por que economizar no projeto os elementos que podem evocar centros comerciais?

Não por acaso, os Estados nacionais do capitalismo central, mobilizaram o atual *star system* da arquitetura internacional, no intuito de criar grandes monumentos que sirvam ao mesmo tempo como suporte e lugar de criação da cultura e reanimação da vida pública. Enquanto vão atendendo às demandas de bens não materiais nas sociedades afluentes também vão disseminando imagens mais persuasivas do que convincentes de uma identidade cultural e política, e política porque cultural, da nação ou das cidades, utilizando-os por isto mesmo como “imagens de marca” a atrair atenções e investimentos. Alguns governos, acossados pela crise e pela voga neoliberal, não temeram em ao mesmo tempo restringir o orçamento do sistema previdenciário e investir no campo do *culturel* em expansão (de retorno seguro e rápido), fundindo publicidade e animação cultural. É o que tem feito deles, como já dissemos aqui, peças importantes da engrenagem das máquinas de crescimento, como passaram a ser vistas as

idades, servindo de isca para os grandes negócios imobiliários, nos processos ditos de “requalificação” urbana. O exemplo extremo foi sem dúvida o Guggenheim de Bilbao.



Abertura oficial da Grande Exposição, Palácio de Cristal, Londres, 1851  
Litografia de Louis Haghe.

Passando para as Grandes Exposições Internacionais: elas mais ou menos reproduzem o mesmo movimento, pelo menos desde a Grande Exposição de 1851, em Londres – que vai se transformar no modelo por excelência das exposições subseqüentes –, tendo como tema central a Indústria. Associada, evidentemente, às demais manifestações culturais, dos países centrais aí representados e de seus Impérios (no Palácio de Cristal havia, por exemplo, uma *Indian Court*, que expunha dos chás às sedas da Índia). A França, inicia 4 anos depois uma série de exposições adotando o mesmo modelo, mas acrescido de um

tempero local: a afirmação dos valores republicanos, especialmente na relação capital-trabalho (talvez tenham razão os autores que vêem nestes eventos antes de tudo uma forma extremamente sofisticada de controle social). Impossível aqui detalhar todas elas e seus conteúdos, nem eu teria meios de fazê-lo. A verdade, no entanto, é que tais exposições, que passam a se multiplicar, tem uma função primordialmente econômica explícita (à diferença dos museus), embora sem dúvida também política, não só de afirmação dos valores (e do poderio!) locais frente aos demais países, mas internamente também, ao lançarem mão de todo tipo de atrações e de entretenimento (da arte aos esportes, que logo vão passar a ter os seus eventos exclusivos, especialmente, no caso destes últimos, as Olimpíadas – volto a elas logo adiante) para reforçar o sentimento de nacionalidade. Esses traços nacionalistas vão se acentuar no entre guerras, num primeiro momento, associados ao esforço de reconstrução dos países atingidos pela Primeira Grande Guerra, logo a seguir, como afirmação autoritária e xenófoba dos países totalitários, com a ascensão do nazifascismo, ou mesmo do stalinismo (a Exposição Internacional de Paris de 1937, em pleno Trocadero, terá, ladeando o Palais de Chaillot, construído no lugar do antigo Palais du Trocadero expressamente para o evento, e face a face enquadrando a Tour Eiffel – resquício, como se sabe, da grande Exposição de 1889, centenário da Revolução – os dois pavilhões monumentais: o pavilhão nazista, projetado por Albert Speer, encimado por uma “vistosa” águia alemã, e, em frente, o da URSS, com uma escultura, não menos monumental, de dois trabalhadores do campo, empunhando uma foice).

Depois da Segunda Guerra Mundial tais exposições mudam a forma, sem perder evidentemente a dimensão

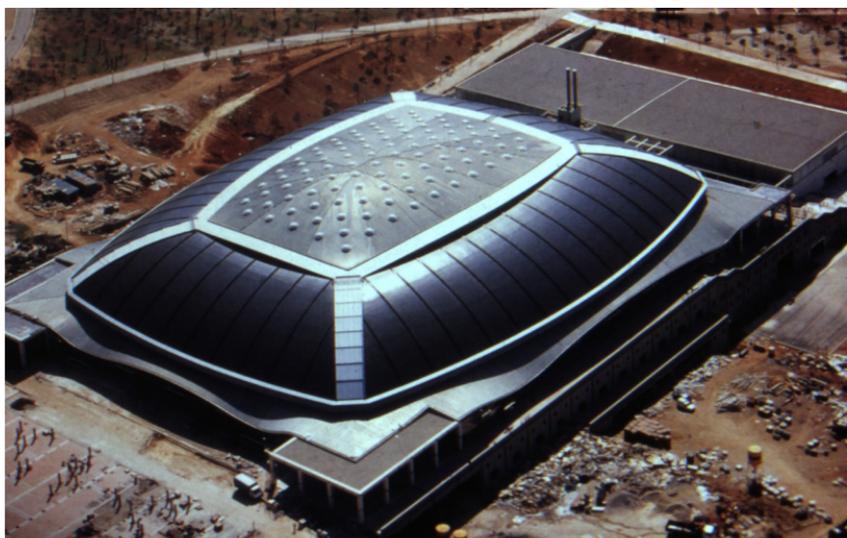
política, mas se voltando cada vez mais para o mercado, em geral elegendo “temas” ligados aos avanços da ciência e da tecnologia de produção, ainda povoadas de pavilhões de diferentes países, mas agora numa competição interna, seja quanto às especificidades e virtualidades locais, seja na demonstração de maior competência nas áreas-tema – da tecnologia de ponta aos usos da natureza, meio ambiente e sustentabilidade (que aliás vem sendo a tônica, ao menos desde Lisboa 1998, sobre *Os Oceanos*, ou Hannover 2000, *Humanidade, natureza e tecnologia – origem de um novo mundo*; e, mais recentemente, Xangai 2010, *Better city, better life*) –, ao mesmo tempo que pretendem estar propiciando, às cidades-sedes “ocasionais” (para voltarmos ao início desta entrevista), a possibilidade de entrarem no circuito das “cidades à venda”. Mais um ingrediente portanto nas estratégias de desenvolvimento urbano.



Parque do Fórum das Culturas, Barcelona, 2004.

Não saberia o que dizer dos Congressos, embora, em parte, associados a esses mesmos eventos a que nos referimos. Sabemos que existem todos os tipos de Congresso, e que aqueles que nos dizem respeito mais de perto, ou seja, os acadêmicos, também sofreram a mesma inflexão mercantil, expressa aliás na contabilidade dos currículos... Mas paro por aí.

## Olimpíadas e Copa do Mundo no Brasil



Arata Isozaki, Palácio dos Esportes San Jordi em construção, Barcelona. Olimpíadas de 1992.

*Na sequência, o que a Sra. teria a dizer sobre as Olimpíadas, visto que foi um evento importante no processo descrito sobre Barcelona? E, como no Brasil, grandes eventos estão ocorrendo e outros serão realizados, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, quais são as consequências possíveis, positivas e negativas, que po-*

*dem ocorrer nas cidades brasileiras, quando comparadas a exemplos já existentes?*

Como disse, as Olimpíadas, retomadas em Atenas, em 1896, tanto quanto a Copa do Mundo, no início do século 20, estarão, durante quase 50 anos, associadas às Grandes Exposições, talvez, segundo John MacAloon, como fruto natural dos novos símbolos e rituais inaugurados por estes festivais/espetáculos de eventos internacionais, devotados ao progresso da ciência, arte e indústria, e portanto à “inventividade”, da qual os jogos atléticos se apresentariam como expressões privilegiadas – algo como o “espírito esportivo” da modernidade (num paralelo com a religião enquanto “espírito do capitalismo”, na interpretação de Weber). Com a ascensão dos regimes totalitários de entreguerras, no entanto, as Olimpíadas vão se transformando num espetáculo político de massa, revivendo sua origem ancestral: a exibição coreografada do aparato militar de dominação (como não hesita em afirmar Maurice Roche, antes de evocar o reencantamento bastardo do mundo como uma das características primordiais destes megaeventos performáticos). O que vai culminar na Olimpíada de Berlim, em 1936. Se, depois da Guerra, estes espetáculos vão ganhando cada vez mais autonomia, não deixam de ser a expressão maior do poderio e da performance dos países ou cidades-sedes, no fundo replicando a espetacularidade, associada à disciplina de origem militar destes eventos. Portanto, permanência da matriz de 1936, mas agora combinada ao “espírito dos negócios”, pelo menos a partir da gestão do COI por Samaranch (de 1980 a 2001), figura de destaque do franquismo, responsável por transformar as Olimpíadas, de evento em geral deficitário (como ocorreu com Tóquio, Montreal, Munich, Moscou e

Los Angeles), num empreendimento altamente lucrativo, através do recurso aos patrocínios e à mídia encarregada da transmissão dos jogos. Já então “o espírito esportivo”, de que falávamos, passa a funcionar cada vez mais na alavancagem da reprodução do capital, e, os eventos esportivos, como verdadeiros meganegócios, especialmente os ligados à FIFA e ao COI. A marca Olimpíadas vai assim ser explorada tanto pelas empresas (de natureza as mais variadas, mas especialmente as da mídia), quanto pelas cidades, que, obedecendo ao standard fixado pelo Comitê para uma cidade Olímpica (na verdade, sua transformação num grande Parque temático) com seus equipamentos, arquitetura, infraestrutura viária e turística etc., pretendem atrair capitais e competir internacionalmente como um centro urbano capaz de oferecer vantagens especiais aos investidores, transformando-se portanto num importante ingrediente nas políticas de *city marketing*.



Estádio Olímpico de Pequim, o “Ninho de pássaro”, com tocha olímpica ao fundo. Jacques Herzog e Pierre De Meuron.

As Olimpíadas passariam assim, após esse remanejamento empresarial de Samaranch, a ser vistas também, e de forma privilegiada, como uma “alavanca” fundamental às máquinas de crescimento urbano (ainda uma vez), ou seja, se transformam em instrumento importante para ativar os grandes negócios urbanos – não por acaso Barcelona adota o Planejamento estratégico, de matriz empresarial, às vésperas das Olimpíadas. O que, na verdade, não redundava obrigatoriamente em benefícios, inclusive financeiros, para a cidade-sede, nem mesmo no caso tido como o mais bem sucedido de todos, Barcelona 1992 (como tento mostrar nesse meu último livro). Independentemente das intenções dos que, na prefeitura, apostavam num urbanismo “cidadão” e advogavam uma gestão que contemplasse as verdadeiras necessidades de seus habitantes, o que vimos acontecer, em parte pela urgência de obedecer às exigências impostas pelo Comitê Olímpico (afinal foi Samaranch que conseguiu a vitória de Barcelona na competição por sediar os jogos) e a necessidade de fazer da cidade tanto um grande centro esportivo, quanto atraente aos investidores e turistas, obrigou-os a mudar na mesma escala o diálogo urbano, passando a negociar diretamente com os grandes operadores: “operações urgentes que deveriam eludir as mais lentas e conflitivas, com os pequenos operadores e com as reivindicações sociais”, como observa Josep Maria Montaner. Logo, as parcerias público-privadas foram assumindo um papel preponderante, nos moldes que se sabe: fundos públicos e ganhos privados; a tal ponto que, acabadas as Olimpíadas, o déficit público da cidade era superior ao total que ela poderia arrecadar em um ano (de acordo com historiadores do período) e muitas das obras sequer tinham sido concluídas, arrastando-se até quase o final da década. Um novo evento foi imaginado

para novamente gerar investimentos e atrair mais turistas, o Fórum das Culturas, de 2004, cujo sucesso foi ainda menos significativo do que o do anterior – os tempos afinal já eram outros, nada tinham a ver com o boom econômico resultante da entrada no Mercado Comum Europeu, na década de 1980, e que ajudou a patrocinar as Olimpíadas e outras tantas iniciativas similares, naquele mesmo ano de 1992, como a Feira industrial de Sevilha, Madri Capital Cultural da Europa, dentre as comemorações do Quinto Centenário do descobrimento das Américas. De qualquer modo, os investidores não deixaram de comparecer, Hines à frente, cercando a praça do Fórum, com shoppings, Hotéis e outros empreendimentos rentáveis.

Nada diferente está acontecendo ou vai ocorrer no Brasil, apenas com consequências mais desastrosas, dadas as condições sociais e econômicas do país, ou a total inexistência de infraestruturas para pôr em funcionamento uma máquina como esta, tanto que já recebemos vários pitos e ameaças de retirar do Brasil seja a Copa, seja a Olimpíada. Só os gastos com os Estádios para a Copa já são um despropósito sem paralelo – nem a catástrofe que foi a da África do Sul teve a intensidade da que está ocorrendo entre nós. Desnecessário comentar, nestas alturas, fatos cuja aberração já esteve na pauta dos protestos durante as jornadas de junho, e que, com certeza, devem se intensificar até as Olimpíadas do Rio de Janeiro. A respeito de tudo isso há grupos de estudos em toda parte, para não falar dos comitês populares, igualmente estudiosos e combativos, especialmente no Rio de Janeiro, com dados precisos e de que não disponho. Confesso que já não tenho mais idade e ânimo para uma pesquisa detalhada que possa acrescentar algo ao que já vem sendo dito, até nas ruas...



Arena Mineirão para a Copa do Mundo de 2014, Belo Horizonte, 2012.  
BCMF Arquitetos / Bruno Campos, Marcelo Fontes e Silvio Todeschi.



# III

## CAMILLO SITTE – UM ESTETA CONTRA A AGORAFOBIA

### POBRE CIDADE GRANDE



## Camillo Sitte – um esteta contra a agorafobia\*

Ao publicar em 1889 *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* – um livro cujas intenções polêmicas já estavam resumidas no título –, pode-se dizer sem muito exagero que Camillo Sitte estava introduzindo um novo paradigma no pensamento urbanístico europeu. De fato, um programa alternativo que contrariava frontalmente o espírito dominante nas intervenções urbanas em curso nas capitais da Europa burguesa triunfante. Como se sabe, as reformas parisienses drasticamente conduzidas pelo Barão Haussmann davam o tom, consagrando um modelo de cidade em que a tônica era o traçado urbano ideal e funcional. Propondo para o Ring de Viena<sup>1</sup> soluções que, entre outras coisas, quebrassem a monotonia dos blocos alinhados, Camillo Sitte inaugurava uma

\* Artigo publicado no caderno “Mais” do jornal *Folha de São Paulo*, de 4 de abril de 1994, que retoma e desenvolve referências a Camillo Sitte no capítulo “A ideologia do lugar público na Arquitetura Contemporânea”, do livro *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos* cit. O presente ensaio foi motivado pela publicação da tradução para o português por Ricardo Ferreira Henrique: *A construção das cidades segundo princípios artísticos*, SP, ed. Ática, 1993. A minha intenção não é referendar o uso antimoderno que é feito de Sitte por alguns nostálgicos de uma *gemmeinschaft* irrecuperável, mas enfatizar seu diagnóstico, tão crítico quanto realista, do processo de modernização urbana que estava presenciando.

1. Ring – anel viário, construído no lugar da antiga muralha, durante a reforma urbana de Viena, na segunda metade do século passado, e onde estão concentrados vários prédios públicos monumentais.

outra maneira de pensar a cidade, centrada na criação de cenários adequados para os edifícios públicos monumentais, em configurações que reanimassem o deserto dos grandes vazios, enfim, em espaços urbanos singulares, ordenados segundo princípios artísticos, que reativassem uma espécie de comunicação imediata com a população.

Não é difícil reconhecer nesta reestruturação estética da cidade moderna o empenho do europeu cultivado em encontrar um contraveneno para a substância filistina da nova ordem social, uma cobertura compensatória que subtraísse do olhar educado o brutalismo da sociedade industrial. Na verdade, uma acomodação, quase uma divisão do trabalho: o urbanista-esteta reclama apenas algumas praças e ruas (as principais), e abandona o resto à circulação material de todos os dias.

Recentemente Carl Schorske (em *Viena fin-de-siècle*) julgou reconhecer nesse programa uma certa atmosfera wagneriana – aliás marca de época naquela virada de século imperialista, onde era raro o intelectual que, depois da peregrinação a Bayreuth, não sonhasse com uma restauração dos mitos comunitários que sublimassem o ouro utilitário dos modernos. Confraria de artesãos, vocação dirigente do artista, tudo convergia para a praça antiga a ser ressuscitada como uma *Gesamtkunstwerk*, “síntese das artes plásticas, com o mesmo caráter sublime de uma tragédia poderosa ou de uma grande sinfonia”. Mas ao lado do arcaísmo duvidoso entrevisto por Schorske, reação estetizante ao descrédito crescente do frágil liberalismo austríaco, é preciso destacar o seu contra-peso, a dimensão paradoxalmente moderna do programa de Camillo Sitte.



Ring Imperial, Viena.

Por certo, nada mais distante de uma cidade construída segundo regras estéticas do que o geometrismo de engenheiro destilado pelo *Esprit Nouveau* dos anos 20. E, no entanto, aquele projeto de reconstrução das cidades do ponto de vista de uma obra de arte total não visava uma regeneração urbana menos radical do que as intervenções preconizadas pelo Movimento Moderno, e norteadas por regras igualmente rigorosas. Se retermos Sitte sem os preconceitos que o transformaram num paladino da urbanística antimoderna, verificaremos que na realidade ele nunca chegou a propor um retorno puro e simples às soluções do passado pré-capitalista – aliás nunca perdia ocasião de realçar o quanto no mundo moderno estavam irremediavelmente modificadas as formas de vida urbana, nem de sublinhar em consequência o despropósito de toda veleidade passadista. O que faz o livro é uma recapitulação das soluções pré-modernas, especialmente no que concerne a ordenação das praças, no intuito de estabelecer um conjunto de regras tais que produzam “efeitos análogos” nas grandes cidades contemporâneas. Mesmo assim

os arquitetos modernos viram nele um simples revivalista, admirador retardatário das cidades antigas, com suas praças irregulares e “caminhos de burro”, como chamava Le Corbusier as ruelas medievais (a seu ver elevadas por Sitte à condição de paradigma urbanístico), por oposição à racionalidade dos novos traçados urbanos.<sup>2</sup>

O confronto não era bem esse, Camillo Sitte simplesmente lastimava a perda de sentido estético e social das praças no urbanismo do século XIX, em larga medida inviabilizadas pelo sistema viário moderno – e com certeza suas críticas redobriariam se tivesse conhecido os grandes centros urbanos do século XX. – As digressões históricas do livro não têm, portanto, propósito restaurador, como ainda insistem até hoje vários comentaristas, seja porque reproduzem os preconceitos modernistas, ou porque se deixam enganar por certo uso apologético das análises de Camillo Sitte, postas indevidamente a serviço de tentativas conservadoras de reativação de uma hipotética *neighbourhood*.

Meio século mais tarde, proposta semelhante à do arquiteto austríaco, embora nem sempre animada pela mesma intenção totalizadora (que então já aparecia como uma ilusão), será apresentada por dissidentes da urbanística do Movimento Moderno, em particular opositores da orien-

2. Quanto a este ponto, trata-se de fato de um equívoco, devido em grande parte à tradução de Camille Martin, de 1902, que não só substituiu vários exemplos do norte da Europa, especialmente das praças barrocas, por outros que imaginava mais próximos do leitor de língua francesa, no caso praças da Idade Média, como acrescentou por conta própria um capítulo sobre ruas, onde sem dúvida preponderava a inspiração medieval. Isto sem falar no pressuposto corbusiano, como lembra Carlos Roberto Monteiro de Andrade ao apresentar a tradução brasileira, segundo o qual a racionalidade é apanágio exclusivo da linha reta, de sorte que a “razão” estaria com a cidade retilínea de Haussmann, ao passo que Sitte, aderindo à curva, consagraria valores antimodernos e “irracionais”, como a “indolência, o afrouxamento, a desconcentração”.

tação haussmannianocorbúsiana. A ideia diretora era a reativação, ou criação, de *lugares* com sentido forte, em geral ligados a práticas coletivas. Com isto, e dispensando o recurso a modelos, a cidade deveria em princípio voltar a ser uma *res cívica*, como queria Camillo Sitte ao criticar a reforma urbana vienense. Refiro-me por exemplo a um Giedion que, ainda durante a 2ª Guerra, e seguramente como forma de resistência a uma política de gestão urbana própria aos regimes totalitários, levantava, com Sert e Leger, a questão da necessidade emocional e cultural dos monumentos na reorganização da vida coletiva, para o exercício da qual proporá também, cinco anos depois, em 1948, a criação de centros especiais. Mas àquela altura ele já estava de fato encampando as críticas severas à cidade funcional, feitas um ano antes no encontro dos CIAM, em Brigwater, e retomadas em 1951, pelo grupo inglês MARS, que apresentará como tema para o Congresso a recentralização da cidade dispersa pelo zoneamento funcional moderno, através de um espaço físico – “o coração da cidade” (expressão que havia sido utilizada por Sitte para definir o papel das praças nas cidades antigas) – “em que se possa manifestar o *sentido da comunidade*”. Como o nome indica, neste espaço residiria o centro vital da cidade. Naquela mesma década Lewis Mumford e Jane Jacobs, com intenções um pouco diversas, retomavam as lições de Sitte para contrapor-se à modernização predatória das cidades americanas.

É na esteira desses debates e propostas alternativas ainda desconstruídas que muitos arquitetos, especialmente a partir dos anos 1960, começarão a substituir as teorias do Plano por teorias do *lugar*, procurando conceber de modo menos abstrato, sistêmico, autoritário e instrumental a cidade. Esse clima de opinião, a bem dizer

dominante nas duas últimas décadas, acabou por assumir a feição de um lugar comum ideológico, sintonizado com as metamorfoses da esfera pública no capitalismo avançado. Obviamente não se tratava mais de reinventar a praça e sua constelação de pontos de apoio, ao mesmo tempo obra de arte e palco de referências como queria Camillo Sitte no início do século, mas sobretudo de reencontrar o sentido perdido da *urbanidade*.



Ruínas do Fórum Romano.

Notese que esta preocupação com a praça não desempenha por acaso um papel central no argumento do livro. Para o autor, uma praça é antes de tudo um *lugar público*, no sentido forte desta última palavra. Daí o destaque conferido ao *Ágora Grego* e ao *Fórum Romano*, aliás jamais propostos como modelos a serem repetidos: o que lhe interessava era chamar a atenção para o caráter público da vida que ali transcorria, contrapondo esta manifestação arquitetônica da existência civil na antiguidade ao supos-

to idílio comunitário da cidade medieval. Como se vê, nas praças do passado não lhe importava tanto a dimensão artística, ou melhor, a satisfação estética que propiciavam era indissolúvel do espetáculo cívico oferecido pelo povo reunido: eram belas na exata medida em que “celebravam a comunidade”. Camillo Sitte estava convencido de que aquela disposição esteticamente exigente era antes de tudo decorrência do intuito de circunscrever um espaço próprio à vida pública. Como observou um comentador, a obsessão de Sitte pela praça não traduz apenas a adesão natural do esteta a uma verdadeira obra de arte – como considerava as praças antigas e julgava que deveriam ser as modernas, ainda que renunciando a um sem número de motivos artísticos de difícil transposição numa vida tão “matemática” como a nossa –, mas sobretudo a atração exercida pelo enigma resolvido de um espaço capaz de conjugar interioridade e exterioridade, ao mesmo tempo aberto e fechado. – Espaço público, mas arranjado como se fosse um ambiente interno de uma casa, um “interior a céu aberto”, espaço singular que não apenas propicia o encontro da população, mas que obedece a uma tal composição que se constitui numa espécie de imagem pública em que o habitante se reconhece enquanto homem livre. Algo difícil de imaginar num contexto moderno – nas cidades reurbanizadas do século XIX as praças estavam sendo pura e simplesmente substituídas por espaços exteriores, vazios residuais, impróprios para o uso coletivo. Quase sempre superdimensionados, tais espaços desérticos (por mais povoados que se apresentem) seriam responsáveis por uma nova “doença nervosa”, característica dos tempos modernos, provocada em larga medida pela ausência de pontos de referência, síndrome que Sitte passou a chamar de “agorafobia”.

Não sendo um teórico da modernização – longe disso – Camillo Sitte descreveu com grande realismo os sintomas urbanos dessa transição que sabia irremediável. A seu ver a agorafobia responderia a uma mudança radical nos rumos da vida na cidade que refluíra dos espaços públicos para os recintos fechados. Daí o modo irônico pelo qual designa seus novos habitantes, “modernos pantouflards”. Política parlamentar, imprensa, entrega a domicílio, água encanada etc., tudo concorre para esse enclausuramento: nem termas, nem colunatas, nem praças do mercado, nem fontes etc., podem mais (caso fossem de novo ressuscitadas) impedir que a vida popular continue se retirando da praça pública, tornando cada vez mais problemático algo como uma “urbanização artística”. Com o esvaziamento do espaço público, os elementos arquitetônicos que ornavam as cidades antigas – obras de arte, escalinatas, halls etc. – recuam para o interior das casas. Aos prédios antigos, cujas galerias e sacadas eram um convite a uma certa urbanidade mais arejada, se sucedem construções regidas pelo imperativo técnico do conforto moderno, e toda gama de providências “racionais” que daí se seguem. Tais edifícios, submetidos à rigidez estrita dos blocos, sempre mais altos e extensos, dificilmente poderão lograr uma disposição esteticamente satisfatória: como tudo aí tende à repetição, as chances de variação artisticamente original tornam-se cada vez mais remotas. O que redundava no aparente paradoxo do gosto moderno: todos admiram o Palácio Ducal em Veneza ou o Capitólio de Roma, mas ninguém cogitaria projetar algo parecido. É que a modernidade bem compreendida torne-se um convite à *modéstia* – diz Sitte –, outra maneira de lembrar que doravante é preciso sujeitar a tradição às condições técnicas do tempo. Em consequência, quando projeta, como no caso

do plano de reurbanização para a *Ringstrasse* com que conclui seu livro, sempre leva em conta os novos usos da cidade, porém não consegue imaginar um espaço urbano que abdique da dimensão artística e suas características diferenciadas, no mínimo em condições de contrariar a tendência da cidade moderna à monotonia.

Aos poucos o interior em que se refugiava o burguês oitocentista foi também se tornando um espaço indiferenciado. A Arquitetura Nova se encarregaria de devassá-lo – sem que com isso seu espaço complementar, a dimensão pública da existência, tenha sido reanimado, pelo menos no sentido urbanístico que a tradição lhe conferira. Com a arquitetura de vidro, interior e exterior voltam novamente a se entrelaçar, ambos porém exauridos – esse o ponto de partida dos modernos, a nova “pobreza”, à qual pretendeu se antecipar Camillo Sitte.



## Pobre Cidade Grande\*

Um dos tópicos mais celebrados do atual palavreado globalizante costuma dar a entender que estamos no limiar de um verdadeiro renascimento urbano. Até no Brasil estaria acontecendo algo como uma revolução municipalista silenciosa, multiplicando milagrosamente as “cidades que dão certo”. E dão certo porque estão se transformando em verdadeiros atores políticos, graças sobretudo à generalizada e estimulante concorrência entre tudo e todos conforme a mundialização vai derrubando as antigas barreiras da solidariedade nacional. Nesta escalada competitiva, algumas delas estariam a meio caminho de se converter em tecnopolos globais. Aí o novo “milagre brasileiro”: reestruturação produtiva com urbanidade.

Em meio a esse coro, o livro de Ermínia Maricato aparece como uma nota dissonante, a começar pelo título, uma citação com sinal trocado do estudo clássico de Roberto Schwarz, *Um mestre na Periferia do Capitalismo* (logo veremos que não é mero acaso). Assim, enquanto em literatura Machado de Assis teria provado que era possível ser Mestre apesar da falta de relevo social de sua matéria (reaproveitando-a criticamente), em se tratando da produção capitalista do espaço, *Metrópole e Periferia* não só não podem estar juntas, como a simples junção deste par antitético denuncia, de imediato, o fundo falso por

\* Na íntegra, o texto escrito para o Caderno de Resenhas da *Folha de São Paulo* (10.05.97), a propósito do livro de Ermínia Maricato – *Metrópole na Periferia do Capitalismo* (HUCITEC, 1996).

detrás da fachada do presente ciclo de “requalificações” urbanas. Como na atual fase de adaptação entusiasta à ditadura dos mercados internacionais – pelos efêmeros favores dos quais competem horizontalmente nossas cidades – reacendeu-se o velho mito do “Rio civiliza-se” (dos tempos eufóricos de Pereira Passos), que a cada surto de modernização conservadora toma conta da fantasia “ocidentalista” das classes dominantes brasileiras, nada mais oportuno do que reexpô-lo pelo avesso. A saber: que a evolução urbana do Brasil não só não extirpou as raízes coloniais do “atraso”, que em princípio estariam historicamente fincadas no retrógrado mundo rural, mas as reproduziu em escala industrial nas nossas cidades, contrariando ponto por ponto a variante urbanística do progressismo das nossas elites ilustradas.

Assim sendo, Metrópole na Periferia é isto que está se vendo, uma vez removido a cena apologética das novas políticas urbanas: uma inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza. O futuro finalmente chegou na forma da violência, do desamparo, do caos, ou seja, mais ou menos como na zona rural das oligarquias de antigamente e dos “sem-terra” de hoje. E não os menciono por estarem na ordem do dia – ocorre que a “massa sobrança”, de que eles são a parte mais visível e pela primeira vez organizada, está no centro do livro. Como mostra a Autora, o futuro (nenhum) de nossas cidades continua atrelado ao intocado estatuto da terra – como se sabe, cláusula pétreia do pacto estrutural entre classes proprietárias “atrasadas” e “modernas” na origem de nosso crescimento urbano-industrial.

Persistência do Antigo Regime patriarcal na ordem competitiva das cidades inchadas do capitalismo periférico, mesmo depois, ou sobretudo depois de enterrado o

ciclo desenvolvimentista – assim se poderia resumir em grandes linhas o fenômeno estudado por Ermínia Maricato neste livro original. Que renova também o ângulo de ataque ao associar uma certa visão da cidade enquanto matriz ampliada da segregação social, com uma certa tradição crítica de interpretação das anomalias do capitalismo brasileiro e sua sinistra simbiose de nascença com a ordem escravista e o estatuto colonial. Por isso enunciei o tema geral do livro nos termos em que a questão foi colocada por Florestan Fernandes, aliás referência constante da Autora, junto com outros clássicos daquela mesma tradição. Como ficou dito acima, um deles, Roberto Schwarz, além de sugerir o curto-circuito anunciado pelo título, forneceu-lhe também o fio condutor de boa parte do argumento: a tão extraordinária quanto habitual articulação contraditória entre norma e infração na “produção do espaço” na cidade.

No cerne da atual discussão acerca do futuro de nossas cidades ainda se encontra, portanto, a questão fundiária: inútil desconversar, não será possível transformá-las sem subverter por completo o estatuto da terra. Sendo também a Autora da opinião de que o espaço urbano não é mero suporte da acumulação, mas antes meio de produção submetido a leis de apropriação na origem da segregação específica do ambiente construído, é natural que restabeleça o vínculo histórico da ocupação do solo urbano com o círculo infernal que atou o processo de abolição do cativo à transformação subsequente da terra em mercadoria, e relembre que não foi por mera coincidência que a lei de extinção do tráfico foi promulgada uma semana antes da Lei de Terras. Afastando a possibilidade de trabalhadores sem recurso tornarem-se proprietários, garantia a sujeição do trabalhador “livre” aos postos de trabalho an-

tes ocupados pelos escravos. Não surpreende então que o Estado não admita o direito formal deles à cidade, porém custou mais compreender que por isso mesmo o próprio Estado recicle a antiga política senhorial da informalidade da vida de favor em chão alheio. Esse, o mérito maior do livro que, ao recompor um nexu histórico de largo espectro, poderá a seguir esclarecer, novamente em linha com a tradição crítica a que aludi, aspectos decisivos do processo capitalista global a partir de uma configuração local cujos últimos arranjos acompanha de perto.



Paraisópolis com cidade “formal” ao fundo.

Indo direto ao ponto. Trata-se de explicar a conjunção paradoxal entre legislação urbana, poder público arbitrário e exclusão social, sobre o fundo do passado escravista-colonial de um país periférico marcado pela reprodução funcional do atraso. Sirva de exemplo um dos muitos lances da própria experiência de Ermínia Maricato quando Secretária de Habitação na Gestão Luiza Erundina. Ao propor uma lei que regularizaria a questão fundiária nas favelas, precisou enfrentar a oposição dos empresários imobiliários, como é natural, mas não era assim tão natural que exigissem a remoção dos favelados, alegando o uso público das áreas ocupadas, aliás da Prefeitura, como se ignorassem não só que 20% da população de São Paulo é favelada, mas sobretudo que o uso ilegal do solo e a ilegalidade das ocupações em meio urbano atingem mais de 50% das construções das grandes cidades brasileiras.

No entanto, nada mais rigorosamente regulamentado do que a “cidade legal”, cuja complicação detalhista destina-se não obstante a alimentar o ciclo da valorização mercantil, que por sua vez se depara, não por acaso, com um imenso universo clandestino que ignora as normas mais gerais e básicas. Para se completar, o dito ciclo de valorização, por meio de seus mais variados agentes, recorre a um amplo conjunto de expedientes, todos impulsionados pela peculiar reversibilidade de norma e infração, das anistias manipuladas à aplicação aleatória e punitiva da “lei”, reforçando assim o mecanismo bipolar da exploração e da dependência pessoal – se é pobre, é necessariamente cliente, sobretudo agora em que ser “precário” é novamente quase um destino. Entre outras coisas, “o desenvolvimento moderno do atraso” que nos distingue também é isto: negociações por fora – por fora

de uma lei que só vale quando o processo de valorização do solo exige uma “limpeza urbana”, acompanhada pela infração induzida na outra ponta, novas ocupações ilegais em áreas sem infraestrutura ou de proteção ambiental, de onde possivelmente estas populações serão de novo removidas.

A evocação do marco zero dessas recorrências, a famigerada Lei de Terras de 1850 está aí para lembrar que a segregação dos pobres não é de hoje. Discriminação esta que, nas cidades, por meio de regulações restritivas – a começar pela delimitação dos lotes e o estabelecimento de padrões inflexíveis – remonta à expansão urbana da virada do século XIX para o XX. Reformas em geral inspiradas em Haussmann (para ainda não falar no espaço abstrato do urbanismo dos modernos) foram expulsando o povo miúdo e supérfluo para a periferia, morros e várzeas, sem mencionar as epidemias – o pretexto higienista de sempre para todo o tipo de faxina social, culminando no degredo acreano dos insurrectos da Revolta da Vacina. O que é de hoje é a conta reapresentada aos esbulhados de sempre: a degradação do meio ambiente, a gigantesca miséria social acumulada nas cidades, a qualidade de vida em baixa constante, e novamente a ocupação anárquica da terra mais a violência sem fim gerada por um espaço promíscuo e predatório.

Enquanto isso, a mesma administração pública que generaliza a ilegalidade, redesenhando as idas e vindas do mapa da exclusão (veja-se a respeito o levantamento cartográfico da segregação em São Paulo, que fecha o livro), se concentra numa outra infração, a exceção que se apresenta como regra. Basta lembrar o faz-de-conta das políticas de intervenções simbólicas nos lugares urbanos privilegiados ou mais visíveis. Ao se vender a imagem de

uma gestão para todos, a representação urbana ficcional toma o lugar da realidade, como a exceção mascara a regra. Neste caso não valem apenas os exemplos mais gritantes da última gestão Maluf na prefeitura de São Paulo. Mesmo os mais bem intencionados projetos-pilotos de algumas ONGs não são generalizáveis enquanto permanecer intacta a matriz fundiária da velha (ou novíssima) dualidade urbana, nos termos, é claro, em que Ermínia Maricato abordou o assunto.

Talvez pudéssemos resumir de outro modo o esforço crítico desenvolvido neste livro, com a seguinte constatação, que bem poderia ser a sua epígrafe: “nós éramos e somos ilegais”. A ser lida, em primeiro lugar, na entonação resignada de um ex-favelado. No estudo em que vem citada, no miolo da exposição, tudo se passa como se a posse ilegal de um pequeno lote clandestino nos espaços segregados das grandes áreas metropolitanas do país repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm a ver com a habitação, constituindo-se no epicentro de todas as exclusões, herdadas e vindouras. O habitante desta cidade oculta, por medo atávico do despejo, nunca procura a justiça, muito menos a polícia, que a pretexto justamente de sua condição de infrator nato tem o hábito de invadir sua casa quando bem entende. Até aqui a rotina sórdida de um expropriado moderno, ressentida, no entanto, por este ser ilegal de nascença como a expressão verdadeira da própria condição humana.



Favela sendo demolida para ceder aos empreendimentos corporativos, São Paulo.

A essa intuição desconsolada da existência dispensável (e condenada à falsa alternativa da violência) veio se juntar a experiência de Ermínia Maricato no aparelho de Estado – a descoberta paradoxal de que o próprio Estado, e suas ramificações no mundo e no submundo dos negócios imobiliários, não só consente informalmente como até incentiva a ocupação ilegal do solo, com uma ressalva crucial: a legislação tanto pode ser aplicada como não ser, ora vale a informalidade clientelista, ora as conveniências do mercado. Cumpre-se assim o ciclo ambíguo do poder arbitrário regido por uma lógica dual, na qual a Autora reconheceu a reposição dos padrões coloniais de mando ao longo da urbanização à *brasileira*, sugerindo, quem sabe, o que poderia ser uma Dialética da Ordem e da Desordem urbana.

Todavia, a mesma epígrafe pode ser relida numa outra chave, dessa vez descaradamente cínica. Pois não é apenas o espoliado cujo antepassado vivia do favor incerto de um senhor patriarcal, que permanece exilado na ilegalidade

das periferias. Com muito mais razão nossas classes dominantes não se constrangeriam nem um pouco em proclamar: “nós éramos ilegais”. Pelo menos até à extinção real do comércio negreiro, o Estado Nacional brasileiro era uma ficção jurídica de traficantes, de infratores de leis internacionais contra a pirataria, condenados aos olhos do mundo a uma vida ideológico-moral clandestina e dúplice. Não é sem propósito que Ermínia refere-se a esta circunstância formadora da nacionalidade, pois está justamente interessada na ilegalidade bifronte alimentada por esta mesmíssima elite dirigente e sua espantosa capacidade de se dar bem em qualquer cenário de concentração mundial de poder, em virtude dessa lógica dual na acomodação de ordens sociais que afinal provam não ser antagônicas (em benefício próprio, é claro). “E continuamos ilegais”: como podemos verificar já no plano fundamental da produção social do espaço urbano, na observação da “contravenção sistemática” praticada por nossas camadas superiores que, com a desfaçatez de sempre, oferecem ao investidor internacional nichos de cidades globais, ao mesmo tempo em que impõem à “massa sobranete” mecanismos extralegais compensatórios, com a sua habitual carga de violência e tolerância extorsiva.

Diante da conclusão do livro, o leitor poderá comprovar que sua epígrafe virtual comporta ainda uma outra versão. Ao se desregular (para baixo, sem dúvida) é o próprio capitalismo “desorganizado” que admite, com o mesmo caradurismo dos vencedores, que também ele é um sistema extralegal desde sempre, ou melhor, abrasilou-se de vez de tanto mirar-se no exemplo de nossas elites coloniais, agora que se defronta também com uma “massa sobranete” interna. Bastaria examinar as políticas urbanas recomendadas por organismos multilaterais:

nada mais nada menos do que a generalização das práticas clandestinas e ilegais das populações urbanas excluídas; sob a rubrica da flexibilização, a “regularização” dos “assentamentos espontâneos” (sem comentários). Em suma, contravenção sistemática também em escala global. Ao institucionalizar assim a dualidade que presidiu nossa história urbana, não se pode deixar de reconhecer que o Estado reformado do capitalismo fim de século, saindo de cena, para se associar diretamente às empresas na disputa pelos mercados financeiros, acabou encontrando uma “saída” simétrica para os 2/3 da população mundial dispensáveis por falta de valor econômico. Continuamos, portanto, na vanguarda da desintegração.



Este livro foi composto  
nas fontes Literata e Work Sans  
em janeiro de 2023.